



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
LUIZ FELIPE CASTAGNA DA SILVA

**ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA NA
DECISÃO QUE JULGA O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA
PERSONALIDADE JURÍDICA**

Florianópolis
2018

LUIZ FELIPE CASTAGNA DA SILVA

**ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA NA
DECISÃO QUE JULGA O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA
PERSONALIDADE JURÍDICA**

Monografia apresentada ao Curso de Direito
da Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Me. Marcus Vinícius Motter Borges

Florianópolis

2018



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Jurídicas
COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E
ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA

Aluno(a): Luiz Felipe Castagna da Silva

RG: 4.892.760

CPF: 089.796.679-14

Matrícula: 13203160

Título do TCC: Arbitramento de Honorários Advocatícios de Sucumbência da
Decisão que Julga o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica

Orientador: Marcus Vinícius Motter Borges

Eu, Luiz Felipe Castagna da Silva, acima qualificado, venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido.

Florianópolis, 26 de junho de 2018.

Assinatura manuscrita de Luiz Felipe Castagna da Silva, realizada com uma caneta escura, sobre uma linha horizontal.

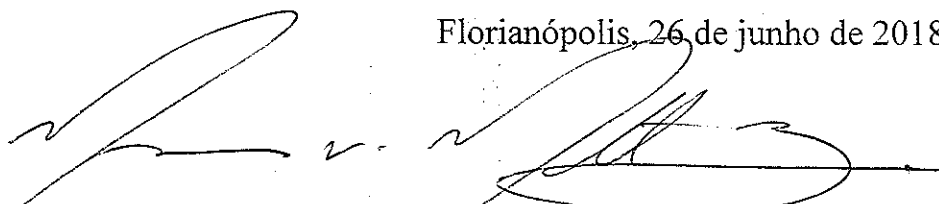
Luiz Felipe Castagna da Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Arbitramento de Honorários Advocatícios de Sucumbência da Decisão que Julga o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica”, elaborado pelo acadêmico Luiz Felipe Castagna da Silva, defendido em 26/06/2018 e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10,0 (DEZ), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 26 de junho de 2018.



Marcus Vinícius Motter Borges
Professor Orientador



Luiza Silva Rodrigues
Membro de Banca



Ezair José Meurer Júnior
Membro de Banca

À minha vó Eda, a qual nos deixou pouco antes da conclusão deste trabalho, e a meus pais, Aldo e Marlene, a quem devo tudo que sou hoje.

AGRADECIMENTOS

A meus pais, Aldo Antonio da Silva e Marlene Castagna da Silva, e a meu irmão, Fábio Castagna da Silva, por não medirem esforços para me proporcionar tudo o que sempre precisei. O apoio incondicional de vocês, especialmente desde que saí de casa para cursar direito em Florianópolis/SC, é a principal base desta conquista que é a elaboração de um trabalho de conclusão de uma graduação. Muito obrigado por tudo.

À minha avó Eda, querida Nona, que sempre me acolheu com muito amor e carinho e que partiu deste mundo poucos dias antes desta monografia ser concluída. A sua partida repentina foi um momento muito difícil, mas sei que de alguma forma você continua a nos acompanhar.

Aos grandes amigos e amigas que a faculdade me proporcionou: Amanda Gandolfi, Bettina Omizzolo, Carolina Diamantaras, Damaris Sampaio, Gabriel Teixeira, Gustavo Dagostim, Luana Beduschi, Marina Bandeira, Michelle Kummer e Rafael Costa. Muito obrigado por todos os momentos compartilhados juntos durante toda esta graduação. Certamente nossa amizade perdurará independentemente do caminho que cada um siga.

A todos os meus ex-colegas da 5ª Vara Federal de Florianópolis, em especial à Dra. Ana Cristina Kramer, à Emiliane, ao Ferlin e ao Davi. Aprendi muito ao lado de vocês e foi aí que eu tive a certeza de estar no curso de graduação correto. Também aos ex-colegas da 6ª Câmara de Direito Civil do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Ao Des. Stanley Braga, o qual é um verdadeiro exemplo de magistrado.

Aos meus não só colegas, mas verdadeiros amigos do núcleo empresarial da Menezes Niebuhr: André Lupi, Gabriela Marques, Gustavo Schlosser, João Henrique Orssatto, João Martim, Letícia Mulinari, Paula Valkinir e Rodrigo de Abreu. Também à Belisa Betega, ao Guilherme Coutinho, ao Marco Aurélio e à Nicole da Silva, os quais já fizeram parte dessa equipe. Trabalhar ao lado de vocês me deu a certeza de querer continuar uma carreira na advocacia. Muito obrigado por todo o aprendizado e por todas as risadas compartilhadas.

Especialmente à Mayara Saturnino por todos os bons momentos e por tudo que você me proporcionou. Admiro-te muito. És um verdadeiro exemplo de força.

À Ana Laura Belz, também apaixonada por Processo Civil e parceira de várias discussões sobre a matéria, e novamente à Gabriela Marques, ambas por terem revisado este trabalho.

Por fim, ao Prof. Marcus Vinicius Borges, seguramente um dos melhores profissionais do curso de Direito da UFSC, por ter aceitado me orientar neste trabalho, e aos membros da

banca, Dra. Luiza Silva Rodrigues, também verdadeiro exemplo de profissionalismo, e Dr. Ezair Meurer, por toda atenção e disponibilidade.

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo” (Albert Einstein).

RESUMO

O objetivo deste trabalho é expor a possibilidade de arbitramento de honorários advocatícios de sucumbência na decisão que julga o incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Para tanto, tecem-se, inicialmente, algumas palavras sobre os principais princípios inerentes aos honorários sucumbenciais, tal qual o da sucumbência e o da causalidade. Em um segundo momento, demonstra-se que não é mais apenas na sentença que o juiz pode fixar verbas honorárias em favor do advogado da parte vencedora, sendo estas passíveis de arbitramento também em decisões que julgam recursos, em decisões proferidas em execuções ou cumprimentos de sentença e em decisões de julgamento parcial. Discorre-se também sobre a discussão acerca da possibilidade de arbitramento de tais verbas em decisões que julgam pedidos de tutelas provisórias – especialmente em caráter antecedente – e em decisões que julgam incidentes processuais. No terceiro capítulo do desenvolvimento do trabalho, aprofunda-se o estudo, então, especificamente no instituto de desconsideração da personalidade jurídica. Mostra-se que este é muito mais do que um mero incidente processual. É, na verdade, uma demanda incidental. Uma consequência processual decorrente desta diferenciação é justamente a possibilidade de arbitramento de honorários de sucumbência na decisão que o julga. Por fim, também se analisa a completa falta de uniformidade dos Tribunais brasileiros acerca da matéria.

Palavras-chave: Processo Civil. Honorários sucumbenciais. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Incidente processual. Demanda incidental.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 APRECIÇÕES GERAIS SOBRE OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA	14
1.1 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	14
1.2 PRINCIPIOLOGIA DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS.....	16
1.2.1 Princípio da sucumbência.....	17
1.2.2 Princípio da causalidade.....	17
1.2.3 Princípio do interesse	19
1.2.4 Evolução da principiologia dos honorários sucumbenciais no sistema processual civil brasileiro.....	19
1.3 REGRAMENTO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA E ALGUMAS DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES ACERCA DO TEMA TRAZIDAS PELO CPC/2015.....	23
1.3.1 Direito intertemporal	23
1.3.2 Inovação conceitual	24
1.3.3 Critérios de arbitramento dos honorários	25
1.3.4 Compensação de honorários na sucumbência parcial	27
1.3.5 Amplo alcance dos honorários sucumbenciais	28
2 ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS MUITO ALÉM DA SENTENÇA DA FASE COGNITIVA.....	30
2.1 HONORÁRIOS EM RECONVENÇÃO	30
2.2 HONORÁRIOS EM CUMPRIMENTOS DE SENTENÇA E EM PROCESSOS DE EXECUÇÃO	31
2.3 HONORÁRIOS EM RECURSOS.....	33
2.4 HONORÁRIOS EM DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	35
2.4.1 Decisões de julgamento parcial do mérito.....	39
2.4.2 Decisões que versam sobre tutelas provisórias	40
2.4.3 Decisões que julgam incidentes processuais.....	41
2.4.3.1 Conceito de incidente processual	42
2.4.3.2 Natureza jurídica	43
2.4.3.3 Efeitos processuais decorrentes da decisão que julga incidente processual.....	44
3 O “INCIDENTE” DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	

3.1	CONCEITO E OBJETIVO.....	47
3.2	ORIGEM.....	49
3.3	NATUREZA JURÍDICA.....	50
3.4	ASPECTOS PROCESSUAIS	51
3.4.1	Desconsideração da personalidade jurídica no CPC/1973	51
3.4.2	Desconsideração da personalidade jurídica no CPC/2015	54
3.4.3	Caracterização do instituto da desconsideração da personalidade jurídica como demanda incidental	55
3.4.4	Consequências processuais da decisão que julga o incidente de desconsideração	61
3.4.5	Jurisprudência acerca do arbitramento de honorários sucumbenciais na decisão que julga o incidente de desconsideração da personalidade jurídica	64
4	CONCLUSÃO.....	67
	REFERÊNCIAS	69

INTRODUÇÃO

Os honorários advocatícios sucumbenciais nada mais são do que uma verba remuneratória devida ao patrono da parte vencedora na demanda por todo o trabalho despendido durante a tramitação do processo. A regra, quando da edição do Código de Processo Civil de 1973, era a de que o seu arbitramento seria cabível apenas em sentenças. Após algumas alterações pontuais neste respectivo diploma e posteriormente com a edição do Código de Processo Civil de 2015, tornou-se plenamente possível, então, a fixação de honorários, pelo juiz, também em outros tipos de decisões judiciais senão nas sentenças propriamente ditas.

Neste sentido, o objetivo central desta monografia é demonstrar a possibilidade de arbitramento de verba honorária em favor do advogado da parte vencedora quando do proferimento de decisões interlocutórias que julgam incidentes de desconconsideração de personalidade jurídica.

Muito embora o referido instituto seja chamado pelo legislador de incidente processual, é, na verdade, uma verdadeira demanda incidental. Ainda que esta pequena diferença de nomenclatura possa parecer bastante sutil, não se diz o mesmo dos efeitos processuais daí decorrentes. Uma das principais consequências de se considerar o instituto da desconconsideração da personalidade jurídica como uma demanda incidental, e não como um mero incidente processual, é justamente a possibilidade de fixação de honorários na decisão interlocutória que o julga.

A justificativa para a escolha deste tema reside não só em sua atualidade, considerando-se que esta discussão acerca da possibilidade ou não do arbitramento de honorários em decisões desta natureza ganhou corpo apenas na vigência do Código de Processo Civil de 2015, mas principalmente na falta de uniformização da jurisprudência acerca da matéria, o que acaba por gerar, aos jurisdicionados, uma enorme insegurança jurídica.

Para o aprofundamento do estudo, o trabalho é dividido em três capítulos, sendo utilizado o método de abordagem dedutivo, o método de procedimento monográfico e pesquisa baseada em documentação direta, precipuamente a análise bibliográfica de livros e artigos, de leis e de jurisprudência.

No primeiro capítulo do desenvolvimento, tecem-se algumas considerações quanto ao surgimento e à evolução histórica dos honorários sucumbenciais, bem como sobre os principais princípios a eles inerentes. Também se discorre sobre o seu regramento no Código

de Processo Civil de 2015 e sobre algumas das principais alterações em relação ao diploma processual anterior.

No capítulo seguinte, por sua vez, trata-se da possibilidade de arbitramento de honorários em outras decisões senão na sentença que põe fim à fase cognitiva do processo, como na decisão que julga recurso, nas decisões proferidas em fases executórias e também em decisões interlocutórias, em especial na decisão que julga incidentes processuais.

No terceiro e último capítulo do desenvolvimento desta monografia, foca-se o estudo especialmente no instituto de desconsideração da personalidade jurídica, a fim de se demonstrar a sua natureza de ação, e não de um mero incidente processual. Como consequência desta distinção, e também com base em alguns princípios (como o da sucumbência e o da causalidade), demonstra-se a possibilidade de o juiz arbitrar honorários sucumbenciais na decisão que o julga. Por fim, demonstra-se a falta de uniformização dos Tribunais pátrios acerca deste tema.

1 QUESTÕES GERAIS SOBRE OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA

Os honorários advocatícios nada mais são do que a remuneração dos advogados pela prestação de serviços jurídicos, sejam eles atividade consultiva ou atividade processual (NEVES, 2016). Podem ser divididos em duas categorias: contratuais e sucumbenciais. A primeira categoria diz respeito àqueles honorários previstos no contrato firmado entre o advogado e o cliente, com o objetivo de prestação de algum serviço jurídico. A segunda, por sua vez, trata dos honorários de êxito em demandas judiciais, ou seja, aqueles devidos pela parte contrária, caso vencida na demanda.

Independentemente da categoria, fato é que os honorários advocatícios possuem incontestável natureza alimentar, como já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento do REsp n. 1.152.218/RS¹ (sob o rito de recursos repetitivos), em maio de 2014. Nesse julgado em questão, decidiu-se, inclusive, que os créditos resultantes de honorários “equiparam-se aos trabalhistas para efeito de habilitação em falência”².

Feitos estes breves apontamentos iniciais, esclarece-se que, neste capítulo, serão tratados alguns dos aspectos gerais sobre os honorários advocatícios de sucumbência. Além do surgimento e evolução histórica do instituto, discorrer-se-á ainda sobre a sua principiologia – fundamental para o desenvolvimento de todo o trabalho – e também sobre o regramento geral, especialmente o previsto no Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015).

1.1 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Por certo em razão da simplicidade das relações civis e comerciais, o que se refletia também nas relações jurídicas, não se sabe exatamente qual é a primeira referência ao tema dos encargos da formação da lide, incluindo-se aí as custas equiparáveis ao que hoje conhecemos como honorários de sucumbência (SANTOS FILHO, 1998).

A menção mais antiga ao termo “honorários” que se tem notícias é do direito romano. Em um primeiro momento, os chamados jurisprudentes, os quais nada mais eram do que intérpretes públicos do direito que por vezes exerciam funções bastante semelhantes às de um

¹ STJ; REsp 1152218/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/05/2014, DJe 09/10/2014.

² O Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei n. 8.906/94), em seu artigo 24, já previa que verbas honorárias constituíam crédito privilegiado na falência, na concordata, no concurso de credores, na insolvência civil e na liquidação extrajudicial.

advogado, não recebiam nenhuma remuneração em dinheiro de seus “clientes”. Percebiam, em troca dos serviços prestados, prestígio, homenagens e favores políticos, os quais eram denominados *honorarium* (SANTOS FILHO, 1998).

Existia, inclusive, uma lei datada de 205 a.C. (Lei Cíncia) que proibía expressamente os jurisperitos de aceitar qualquer tipo de remuneração pelo trabalho exercido, seja em dinheiro ou em outros bens (SANTOS FILHO, 1998). Apenas sob o império de Cláudio (41 d.C. a 54 d.C.) é que se permitiu o recebimento de dinheiro a título de remuneração dos jurisperitos.

Sobre este tema, escreve Lôbo (2010, p. 138):

A remuneração do advogado, que não decorra de relação de emprego, continua sendo denominada honorários, em homenagem a uma longa tradição. Contudo, rigorosamente, o pagamento dos serviços profissionais do advogado nada tem em comum com o sentido de honorários que se empregava, por exemplo, em Roma. A advocacia incluía-se nas atividades não especulativas consideradas *operea liberales*, percebendo o advogado honoraria ou munera, com sentido de compromisso social, em vez de salário. Mas até mesmo em Roma, apesar de a Lei Cíntia (205 a.C.) vedar as doações remuneratórias, é duvidosa a afirmação de que o ministério privado do advogado era gratuito, sendo enganoso o termo honorarium, como ressalva a doutrina.

Especificamente quanto aos ônus sucumbenciais, sua origem também vem do direito romano. Em um primeiro momento, as partes litigantes suportavam as próprias despesas do processo, desconsiderando-se o êxito da demanda, a sucumbência ou quaisquer outros aspectos.

Já em um momento posterior (ainda no direito romano), os litigantes eram obrigados por lei a depositar “em juízo” uma determinada quantia antes de se iniciar qualquer litígio. Aquele que sucumbisse perderia a quantia depositada, a qual era revertida ao erário ou a sacerdotes, a título de imposto. Neste mesmo período surgiu a *actio dupli*, “uma ação direta contra o sucumbente que injustamente resistisse à demanda, pelo dobro do valor do objeto da condenação” (SANTOS FILHO, 1998).

Evidente que estas obrigações tinham nítido caráter punitivo, muito em razão do fato de serem devidas ao governo. Apenas com a Constituição de Zenão, em 487 d.C., estabeleceu-se que o juiz, ao sentenciar o processo, imporia ao sucumbente a obrigação de pagar todas as custas processuais. Surgia aí um primeiro esboço do princípio da sucumbência. Esta Constituição foi considerada um marco do novo sistema em relação às custas processuais. Pela primeira vez o sucumbente teria que pagar ao vencedor as custas que este por ventura

tenha gasto no processo, independentemente de comprovação de má-fé, bem como outras despesas para cobrir os danos que lhe possam ter sido gerados.

Saindo do direito romano e passando-se a análise ao direito canônico, extrai-se que naquela época não se atribuía grande vigor à sucumbência, estranha ao direito como princípio absoluto. Isso porque, nas palavras de Cahali (2012, p. 23), citando Chiovenda (1965),

[...] os papas consideravam a condenação nas despesas não como remédio ordinário em favor do vitorioso, mas como pena cuja ameaça de cominação faria conter a audácia dos litigantes maliciosos.

Pode-se dizer que o primeiro jurista a estabelecer organicamente um princípio capaz de superar o arbítrio judicial em relação às despesas processuais, ante o abuso que era verificado na fixação destes valores em razão da falta de um conceito claro sobre a matéria, foi Adolfo Weber (CAHALI, 2012).

Este jurista alemão, ao contrário do que muito se pensou anteriormente, aduzia que o pagamento das despesas processuais pela parte vencida não tem natureza de pena, mas tão somente de ressarcimento do prejuízo do vencedor, independentemente de dolo ou culpa do vencido.

Tal teoria, que à época contrastava com a tradição dominante³, em poucos anos conseguiu adesão dos práticos do direito, perdurando, ao menos em parte, até os dias de hoje, “presente sempre a ideia da natureza ressarcitória da condenação, vindo a ser definitivamente afirmada na teoria da sucumbência, concebida esta em termos quase absolutos, de modo a não consentir exceção alguma à regra *victus victori*” (CAHALI, 2012, p. 24).

1.2 PRINCIPIOLOGIA DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

Feito este esboço sobre o surgimento e evolução história dos honorários advocatícios sucumbenciais, indispensável tratar também dos seus princípios inerentes, antes de se adentrar propriamente ao estudo de seu regramento.

Em suma, três são os princípios de maior aplicação: da sucumbência, da causalidade e do interesse. Para melhor organização deste subtópico, serão os princípios tratados em pontos distintos, ressaltando-se que nem por isso deixam de ser interligados uns aos outros.

³O entendimento majoritário era convergente ao que professorava o também alemão Hennemann. No entender desse jurista, a condenação nos ônus de sucumbência se justificariam apenas naqueles casos em que o direito do vencedor era *a priori* evidente. Neste caso, é certo que deu causa injustamente à instauração da demanda. Nada obstante, nos casos em que o direito fosse discutível, não seria cabível a condenação ao pagamento dos ônus sucumbenciais (CAHALI, 2012).

1.2.1 Princípio da sucumbência

O termo “sucumbência” traz a si a ideia de perda, de derrota, de improcedência de um pedido ou de uma posição de resistência adotada em uma ação judicial (MELLO, 2015). A sua justificação

[...] é uniforme entre os autores: aquele que se pretende necessitado da tutela jurisdicional, se não é atendido senão recorrendo às vias judiciais, não deve suportar um sacrifício econômico (que, segundo a clássica proposição, diminuiria o valor do direito reconhecido); à sentença cabe prover para que o direito do vencedor não saia diminuído de um processo em que foi proclamada a sua razão. (CAHALI, 2012, p. 31-32).

Configurada a sucumbência da parte vencida, a esta cabe ressarcir à parte vencedora todos os gastos processuais os quais teve no curso do litígio. Os fundamentos desta condenação se devem ao engenho de Chiovenda (1965 apud SANTOS FILHO, 1998), para quem a atuação da lei não deve representar uma redução no patrimônio da parte em favor da qual esta foi aplicada. Para o jurista clássico, o direito deve ser reconhecido como se o fosse no momento da ação ou da lesão. Em outras palavras, tudo o que foi necessário ao seu reconhecimento e concorreu para diminuí-lo deve ser recomposto ao titular do direito. Trata-se de fundamento puramente processual, vez que

[...] a condenação nas despesas é a consequência necessária da necessidade do processo, o que se explica pelo princípio fundamental de que a sentença deve ensejar a atuação da lei como se isto acontecesse no momento mesmo da propositura da ação. (CAHALI, 2012, p. 30).

Tal critério, contudo, se mostrou por diversas vezes injusto e insuficiente para a correta aplicação do direito – caso utilizado de forma unitária e indiscriminada. O próprio Chiovenda (1965 apud CAHALI, 2012), diante deste problema, buscou a solução adequada para as adversidades enfrentadas. Para tanto, pensou na criação do critério da evitabilidade da lide, o qual, por sua vez, deu azo ao surgimento do princípio da causalidade, objeto do ponto seguinte.

1.2.2 Princípio da causalidade

Em que pese ter algumas raízes na filosofia do direito, foi no âmbito da responsabilidade penal e civil que o princípio da causalidade tomou corpo – muito em razão do propagado por Chiovenda. Apenas no final do século XIX o estudo deste princípio,

voltado especialmente à problemática do ônus do pagamento das despesas processuais, gerou interesse de processualistas, particularmente na Itália (CAHALI, 2012).

Carnelutti entendia que a causalidade responde a um princípio de justiça distributiva e a um princípio de higiene social. Aduzia “*ser justo que quem já tornou necessário o serviço público da administração da justiça lhe suporte a carga, além do seu caráter oportuno, com intuito de tornar o cidadão mais cauteloso e ciente do risco processual que corre*” (CARNELUTTI, 1936, p. 436 apud SANTOS FILHO, 1998).

Como dito anteriormente, o princípio da causalidade nasceu como uma resposta a problemas que surgiram da aplicação estrita do princípio da sucumbência. Veja-se a premissa de que o reconhecimento do pedido do autor salva o réu da sucumbência, se não for efetivo e oportuno, de tal modo que tivesse tornado evitável a lide, por exemplo.

Sobre o tema, pontua Cahali (2012, p. 32-33) que

[...] não há nenhuma antítese entre o princípio da causalidade e o princípio da sucumbência como fundamento pelas despesas do processo; se o sucumbente deve suportar, isto acontece porque a sucumbência demonstra que o processo foi causado por ele. Mas o princípio da causalidade é mais amplo que o da sucumbência, no sentido de que este é apenas um dos indícios da causalidade; outros indícios seriam a contumácia, a renúncia ao processo, e, conforme o caso, a nulidade do ato a que a despesa se refere.

Em igual sentido, Pajardi (1956 apud CAHALI, 2012) defendia que não há divergência abrupta entre a sucumbência e a causalidade. Ao contrário, existe harmonia entre os princípios. São dois conceitos diferentes, do qual o primeiro é o conteúdo, enquanto o segundo seria “o continente”.

Nas palavras de Cahali (2012, p. 37),

[...] o que é necessário, em todo caso, é que a lide seja “evitable” da parte do sucumbente (o que sempre se subentende, sem qualquer consideração à culpa). E esta inevitabilidade poderá consistir seja no abster-se do ato a que a lide é dirigida, seja no adaptar-se efetivamente à demanda, seja em não ingressar na demanda mesma. Sob esse aspecto, vemos que a lide é sempre evitável para o autor, não se podendo dizer o mesmo em relação ao réu. Daí não dizer-se sucumbente o adversário em todos os casos em que o outro, para obter a declaração de seu direito, tenha necessidade de obter a sentença do juiz.

O princípio da causalidade tem como principal vantagem, em relação ao princípio da sucumbência, não encontrar exceção ou limite à sua aplicação e, ao mesmo tempo, de não se prestar a equívocos e contradições. Ressalta-se novamente, contudo, o pensamento de Pajardi acima exposto. A ideia da causalidade não se dissocia necessariamente da ideia da sucumbência – não há antítese entre os dois princípios.

1.2.3 Princípio do interesse

A doutrina, em resposta à parcial insuficiência do princípio da sucumbência e em subsidiariedade ao princípio da causalidade, aponta também um terceiro princípio inerente aos casos de responsabilidade pelas despesas do processo: o princípio do interesse (CAHALI, 2012).

Na verdade, como preceituado por Pajardi (1956 apud CAHALI, 2012), o princípio da causalidade não sofre limitações, mas possui uma única exceção, constituída pelos *processos necessários*. Tratam-se de processos inevitáveis. Como exemplo clássicos trazidos doutrinariamente, pode-se citar a ação de contestação da paternidade, as ações de dissolução da sociedade conjugal, o processo de interdição por incapacidade ou declaração de ausência e os processos de jurisdição voluntária. Em todos estes casos, pontua Cahali (2012, p. 37),

[...] direta ou indiretamente, em maior ou menor medida, faz-se sentir o princípio da ordem pública. Não é destinado a tutelar de modo exclusivo o interesse privado, mas se destina ao resguardo de interesse de fundo intensamente publicístico. Em outros termos, é o ordenamento que, no interesse da sociedade, quer evitar que tais processos sejam completamente deixados à disponibilidade das partes, exceto, embora não sempre, quanto à liberdade de instaurá-los ou não.

A jurisprudência brasileira é bastante sensível quanto ao reconhecimento deste princípio, mas não por isso deixa de aplicá-lo. Como exemplo, Cahali (2012) cita o julgado Ap. 17.766-0, datado de 1993, da Câmara Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, em que pretendente de guarda de menor (pedido formulado por representante do Ministério Público) teve o pleito negado. Este fato, por si só, em razão da natureza administrativa do procedimento, não foi suficiente para que se condenasse o requerente ao pagamento dos encargos advocatícios.

1.2.4 Evolução da principiologia dos honorários sucumbenciais no sistema processual civil brasileiro

Discorrido sobre os princípios inerentes aos honorários sucumbenciais, para o melhor desenvolvimento deste trabalho, cumpre, também, dedicar algumas linhas a respeito da evolução destes princípios no sistema processual civil brasileiro.

Anteriormente à unificação do direito processual pátrio (o que só veio a acontecer com a promulgação da Constituição de 1937), não havia que se falar em uma uniformização dos

Tribunais de Justiça nacionais em relação aos critérios adotados quanto à condenação ao pagamento dos ônus sucumbenciais.

Cada unidade da federação, à época competentes para legislar sobre questões processuais, estipulava uma regra própria – muito embora a maioria dos Estados adotassem regras semelhantes.

Quando da unificação da legislação processual, então concretizada de fato pelo Código de Processo Civil de 1939, o legislador não acolheu, como sistema, a regra da sucumbência (CAHALI, 2012, p. 39). O artigo 63 do referido diploma assim estabelecia:

Sem prejuízo do disposto no art. 3º, a parte vecida, que tiver alterado, intencionalmente, a verdade ou se houver conduzido de modo temerário no curso da lide, provocando incidentes manifestamente infundados, será condenada a reembolsar à vencedora as custas do processo e os honorários de advogado.

Eis o teor do referido artigo 3º: “Responderá por perdas e danos a parte que intentar demanda por espírito de emulação, mero caprincho ou erro grosseiro”. Também o artigo 64 do antigo Código de 1939 abordava a questão: “quando a ação resultar de dolo ou culpa, contratual ou extracontratual, a sentença que a julgar procedente condenará o réu ao pagamento dos honorários de advogado da parte contrária”. Destaca-se, ainda, a redação do artigo 205: “No caso de absolvição de instância, o autor será condenado ao pagamento das despesas feitas pelo réu com o preparo da defesa, inclusive honorários de advogado, que o juiz arbitrará”.

Ora, da simples leitura destes dispositivos, verifica-se que a regra era a de que o vencido seria condenado ao pagamento das custas e honorários tão somente se tivesse agido com dolo ou culpa, ou ainda de modo temerário no curso da demanda. Este regramento não convergia com o que propagava a doutrina à época, e também a jurisprudência, que elaborava um amplo trabalho interpretativo para burlar essa disposição (CAHALI, 2012).

Nada obstante, no ano de 1965 foi promulgada a Lei n. 4.632, responsável por alterar substancialmente o teor do art. 64 do Código, determinando-se que a sentença deveria condenar o sucumbente ao pagamento de honorários advocatícios à parte vencedora, suprimindo-se a exigência de comprovação de dolo ou culpa, o qual foi substituído pela ideia de risco. Nas palavras de Cahali, “Quem litiga, o faz a seu risco, expondo-se, pelo só fato de sucumbir, ao pagamento das despesas” (CAHALI, 2012, p. 41). A partir daí, adotou-se, então, o princípio da sucumbência.

O Código de Processo Civil de 1973, em relação a este tema, manteve a mesma base do diploma anterior (já com a alteração trazida pela Lei n. 4.632/65). A ideia de risco, em substituição à comprovação do dolo ou culpa para a condenação do sucumbente ao pagamento das despesas processuais, foi mantida. Veja-se o teor do artigo 20 do Código de 1973, o qual tratava do preceito fundamental relativo aos ônus processuais: “A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios”.

Esse artigo nada mais era do que um reflexo da concretização do princípio da sucumbência no sistema jurídico nacional. Acolheu-se definitivamente a regra de que

[...] o direito deve ser reintegrado inteiramente, como se a decisão fosse proferida no mesmo dia da demanda. Se as despesas tivessem de ser pagas pelo vencedor, a recomposição do direito reconhecido pela sentença seria, sem qualquer justificação, apenas parcial. A ideia de culpa se substitui, assim, à ideia do risco. (CAHALI, 2012, p. 42).

A adoção da regra da sucumbência, no entanto, era interpretada com bastante cautela, haja vista que, como já demonstrado em tópicos anteriores deste trabalho (2.2.1 e 2.2.2), e como exposto por Cahali (2012), não se trata de regra que exaure completamente a problemática dos ônus processuais. Muito por isso e também fundados em interpretação extensiva do artigo 22 do Código de 1973⁴, os Tribunais, à época, trataram de aplicar o princípio da causalidade para a aferição da responsabilidade pelas despesas do processo, mesmo sem que existisse dispositivo expreso para tanto (CAHALI, 2012). Ora, justo não seria condenar ao pagamento dos encargos de sucumbência aquele que não deu causa à lide, como no caso do réu na antiga ação cautelar de exibição de documentos, caso apresentasse o documento pretendido no prazo da contestação, sem qualquer outro ponto a ser debatido nos autos⁵.

O CPC/2015 foi inovador neste sentido. Manteve-se, como regra geral, o princípio da sucumbência. A inovação traduziu-se na positivação do princípio da causalidade, expressado no parágrafo 10 do artigo 85: “*Nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo*”. Tal previsão representou um grande progresso em relação ao tema dos ônus processuais, haja vista que

⁴O art. 22 do CPC/1973 assim dispunha: “O réu que, por não argüir na sua resposta fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, dilatar o julgamento da lide, será condenado nas custas a partir do saneamento do processo e perderá, ainda que vencedor na causa, o direito a haver do vencido honorários advocatícios.”

⁵Este inclusive já vinha sendo o posicionamento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, como se depreende do julgamento do Resp 1.358.331/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, dj. 19/02/2013, Dje 26.02.2013.

[...] será extremamente útil para desincentivar o advogado a ingressar em juízo sem antes buscar a solução do litígio extrajudicialmente, forçando-o a cumprir o seu dever ético, na medida em que saberá, de antemão, que tal irregular procedimento poderá implicar na condenação de seu cliente ao pagamento dos honorários advocatícios e despesas processuais, em caso de haver a perda do objeto da ação pelo pronto cumprimento do direito pelo réu. (SARRO, 2015, p. 56).

Inobstante este reconhecido avanço, destaca-se também crítica ao legislador por limitar o princípio da causalidade tão somente aos casos de perda de objeto da ação. Interessante foi a proposta de emenda n. 74/2011, elaborada pelo Grupo Nacional de Trabalho – Processo Civil e Seguro da Seção Brasileira da Associação Internacional de Direito de Seguro – AIDA BRASIL, que pugnou pela inclusão de um novo parágrafo ao artigo 85 do Código, com o seguinte teor:

Poderá o juiz deixar de condenar o vencido no pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, quando verificar que ele não deu causa à ação judicial, ou até mesmo impor ao vencedor da ação os ônus sucumbenciais, quando, não tendo o vencido oferecido resistência, constatar que a lide poderia ter sido resolvida extrajudicialmente.

A principal razão para a elaboração desta proposta foram as incontáveis ações de cobrança de seguro obrigatório de automóvel (DPVAT) as quais eram ajuizadas sem que sequer houvesse o pedido administrativo à Seguradora-Líder. Nestes casos, muito embora pudesse se decretar a carência da ação por falta de interesse processual dos requerentes, na grande maioria das vezes os pedidos autorais eram julgados procedentes, condenando-se a seguradora inclusive ao pagamento de custas processuais e honorários, mesmo sem nunca ter oferecido resistência à pretensão inicial.

O parecer do relator na Câmara de Deputados, Deputado Efraim Filho, foi em sentido favorável à aprovação da emenda, mas o relatório-geral não o acolheu, de modo que permaneceu a regra do parágrafo 10 do artigo 85, que limita a aplicação do princípio da causalidade aos casos de perda de objeto (ao menos textualmente).

Por fim, outro princípio que já era consagrado pela doutrina e jurisprudência e que foi contemplado pelo legislador quando da edição do CPC/2015 foi o princípio da autonomia (MELLO, 2015), o qual está expresso no parágrafo 14 do artigo 85 do Código: “Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial”.

Tal disposição representa a concretização no CPC/2015 do que há algum tempo já se reconhecia: o direito do advogado de pugnar, em nome próprio, a execução dos seus

honorários, independentemente da execução da condenação principal, equiparando-se o seu crédito, ainda, ao crédito trabalhista.

1.3 REGRAMENTO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA E ALGUMAS DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES ACERCA DO TEMA TRAZIDAS PELO CPC/2015

A matéria referente aos honorários advocatícios está disposta na Seção III (Das Despesas, dos Honorários Advocatícios e das Multas) do Capítulo II (Dos Deveres das Partes e de Seus Procuradores) do Livro III (Dos Sujeitos do Processo) da Parte Geral do CPC/2015.

Praticamente toda a disposição referente aos honorários de sucumbência está disposta no *caput* do artigo 85 e em seus dezenove parágrafos. A sequência dos dispositivos segue praticamente a mesma ordem do diploma processual anterior, ressalvadas algumas disposições inovadoras. Quanto a essas, não se pretende, neste tópico, esgotar o seu estudo – sequer é o objetivo deste trabalho. O objetivo nada mais é do que apontar algumas das alterações substanciais mais importantes trazidas pelo CPC/2015 acerca do tema e que tem relação, direta ou indireta, com o objeto desta monografia, a fim de que se possa desenvolver um estudo mais aprofundada acerca da fixação dos honorários em diferentes momentos processuais (tema do capítulo seguinte), em especial quando do julgamento do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (tema do terceiro capítulo).

Nada obstante, antes de discorrer especificamente a respeito das inovações do CPC/2015 sobre os honorários sucumbenciais e considerando o fato de que muitas das ações que tramitam hoje foram ajuizadas ainda na vigência do CPC/1973, cumpre analisar qual o direito processual aplicável a estes casos.

1.3.1 Direito intertemporal

Por ocasião do julgamento do REsp 1.465.535/SP, datado de 21/06/2016, de relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão, o Superior Tribunal de Justiça definiu que, em se tratando de debate quanto aos honorários de sucumbência, a data da prolação da sentença seria o marco temporal para a aplicação das normas previstas no novo Código. O fundamento para justificar a decisão foi o de que não há um direito à percepção de honorários sucumbenciais preexistente ao pronunciamento jurisdicional, haja vista que, antes da sentença, existe apenas uma mera expectativa do advogado de receber a devida verba, caso a parte a qual represente se consagre vencedora na lide.

Outros julgados do mesmo Tribunal Superior ratificam este entendimento⁶, especificando-se, ainda, que a sucumbência rege-se pela lei vigente à data da deliberação que a impõe ou a modifica⁷, o que não necessariamente significa a data da prolação da sentença, considerando-se que pode ser imposta ou modificada também por decisão interlocutória ou acórdão.

Tratada a questão acerca do direito intertemporal, continua-se o estudo sobre algumas das principais inovações do CPC/2015 acerca dos honorários de sucumbência.

1.3.2 Inovação conceitual

A essência conceitual dos honorários sucumbenciais permanece inalterada, mantendo-se o mesmo contorno trazido pelo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei 8.906/94)⁸. Isto é, “continuam a ser uma condenação pecuniária imposta à parte sucumente em benefício do representante judicial da parte contrária como consequência do sucesso processual desta última” (FREIRE; MARQUES, 2016, p. 75).

A inovação quanto ao conceito é evidente apenas se comparado ao texto expresso do CPC/1973. À época da edição desse diploma, os honorários tinham natureza de verba compensatória e eram devidos à parte vencedora da demanda. O entendimento hoje pacificado pela jurisprudência e o qual foi positivado no novo Código, por sua vez, é o de que os honorários sucumbenciais são devidos não à parte vencedora, mas ao advogado desta, possuindo, por esta razão, natureza de verba alimentar, substituindo-se a ultrapassada ideia de natureza de ressarcimento dos honorários pelo vencido em razão dos gastos que o vencedor suportou com a contratação de advogado (MENDES; TOKASHIKI; KÜHL, 2016). Este já era, como já exposto, o posicionamento da doutrina e da jurisprudência, ainda quando vigente o Código de 1973⁹.

⁶STJ, REsp 783.208/SP, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 03/11/2005, DJ 21/11/2005, Resp 542.056/SP, REsp 542.056/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 19/02/2004, DJ 22/03/2004, AgRg no REsp 910.710/BA, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 16/09/2008, DJe 28/11/2008.

⁷STJ, AgInt no AREsp 829.107/RJ, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Rel. p/ Acórdão Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 04/10/2016, DJe 06/02/2017 e STJ, AgInt no REsp 1.481.917/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Rel. p/ Acórdão Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 04/10/2016, DJe 11/11/2016.

⁸O artigo 23 do referido Estatuto assim aduz: “Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor”.

⁹“Conforme o disposto nos artigos 22 e 23 da Lei n 8.906/94, os honorários advocatícios incluídos na condenação pertencem ao advogado, consubstanciando prestação alimentícia cuja satisfação pela Fazenda ocorre

Seguindo-se essa linha, o *códex* de 2015, por meio do *caput* do artigo 85, fez constar expressamente que os honorários são devidos ao advogado do vencedor. Também há menção expressa à natureza alimentar dos honorários (§ 14 do art. 85 do CPC/2015).

1.3.3 Critérios de arbitramento dos honorários

Em relação aos critérios de arbitramento dos honorários de sucumbência no CPC/2015, as novidades são sutis, mas de indiscutível relevância prática (NEVES, 2016). Mantiveram-se no novo Código (§ 2º do art. 85) os percentuais entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% sobre o valor da condenação previstos no CPC/1973.

Uma das novidades

[...] fica por conta do proveito econômico como parâmetro para a fixação dos honorários dentro dos percentuais previstos em lei quando não houver condenação no caso concreto. Pode-se imaginar nesse caso tanto as decisões meramente declaratórias como as constitutivas que tenham gerado vantagem econômica para o vencedor, bem como a sentença de improcedência em ações condenatórias, quando o proveito econômico será ter evitado a condenação no valor pretendido pelo autor. (NEVES, 2016, p. 348).

Uma outra novidade é a fixação dos honorários com base no valor da causa, quando não houver condenação ou proveito econômico obtido, conforme leitura da parte final do parágrafo segundo do artigo 85 do CPC/2015¹⁰.

As linhas mestras de arbitramento, contudo, permanecem inalteradas. Ainda são critérios de quantificação dos honorários: o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço (incisos I a IV do § 2º do art. 85 do CPC/2015).

Outra questão que permaneceu parcialmente inalterada em relação ao Código anterior diz respeito à fixação de honorários sucumbenciais por equidade pelo juiz. Segundo disposição do parágrafo oitavo do artigo 85 do CPC/2015,

[...] nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do §2º.

via precatório, observada ordem especial restrita aos créditos de natureza alimentícia (...)” (RE 470.407, Relator Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, julgado em 09/05/2006, p. 253-264 RB v. 18, n. 517, 2006, p. 19-22).

¹⁰“§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa (...)”.

Parte da doutrina lança duras críticas ao termo “inestimável” – o qual já figurava no CPC/1973 e foi mantido no CPC/2015 – vez que dá azo a muitas indagações por se revelar um tanto quanto impreciso e abrir margem a diversas exegeses (AZEVEDO, 2017). Leciona Alvim (2015, p. 50) que:

[...] as causas de valor inestimável são aquelas em que não se vislumbra benefício patrimonial imediato, como as pertinentes ao estado e à capacidade das pessoas, compreendidas nos chamados ‘direitos da personalidade’, como são as relativas a filiação, a divórcio, a anulação de casamento, a interdição, a emancipação etc.

Nada obstante, outra parcela da doutrina¹¹, bem como da jurisprudência, interpreta a expressão “inestimável” como contraposição ao termo “irrisório”, ou seja, no sentido de que o juiz pode fixar os honorários sucumbenciais equitativamente caso o proveito econômico da parte ou o valor da causa seja de valor excessivo. Neste sentido, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim entendeu:

Não se revela razoável interpretar o termo inestimável apenas no sentido daquilo que não se pode aferir de pronto, tendo em vista que, nestes casos, o legislador optou por utilizar o verbo “mensurar”, conforme se observa do art. 85, §2º, do CPC. Ademais, pela disposição textual contida no § 8º, resta cristalina a intenção de que “inestimável” fosse tido como contrário a irrisório, tendo em vista a própria redação do dispositivo legal em comento.¹²

Este argumento, contudo, não é conhecido pelo Superior Tribunal de Justiça. Em que pese o órgão superior também entender pela possibilidade de redução dos honorários advocatícios nos casos em que o proveito econômico ou o valor da causa é muito grande, o faz por outro fundamento: observância aos princípios da equidade e proporcionalidade¹³.

Isso porque a existência de um limite mínimo para a fixação de honorários de sucumbência, assim como a de um limite máximo, também pode gerar uma situação injusta. Ora, se honorários muito abaixo dos padrões normais não são compatíveis com a dignidade da

¹¹Lunardi (2016, p. 537) entende que “[...] quando observar que os honorários advocatícios atingem valor excessivamente elevado, o juiz pode fixar honorários advocatícios sucumbenciais equitativamente, em nome do princípio da proporcionalidade”.

¹²TJDFT, Segunda Turma Cível, Acórdão n. 993783, APC n. 20150111274409, Relator Des. Sandoval Oliveira, julgado em 08/02/2017, DJe 15/02/2017.

¹³“Oportuno ressaltar que os honorários advocatícios devem representar verba que valora a dignidade do trabalho do profissional sem, contudo, implicar em meio que gere locupletamento ilícito. A razoabilidade, aliada aos princípios da equidade e proporcionalidade, deve sempre nortear o seu arbitramento” (AgInt nos EDcl no AREsp 1140294/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 09/02/2018).

função, também valores exagerados acabam proporcionando verdadeiro enriquecimento sem causa do patrono da parte vencedora (BEDAQUE, 2008).

Utilizando-se dos princípios da proporcionalidade e da equidade, o juiz pode, inclusive com respaldo em interpretação extensiva do § 8º do art. 85 do CPC/2015, fixar os honorários por equidade e já estipular uma quantia certa. Como aduzido por Bedaque (2008, p. 76),

[...] não se trata de conferir ao juiz poder discricionário, mas simplesmente de dotá-lo de maior liberdade para interpretar os dados relevantes à fixação dos honorários. Aqui, como maior razão, a decisão necessita ser precedida de fundamentação adequada, possibilitando à parte insatisfeita o exame e a impugnação dos argumentos adotados pelo julgador, que não pode prescindir dos elementos concretos referidos pelas alíneas a, b e c do § 3º. Também a incidência de percentuais fixos, embora praticamente possível, pode levar a soluções injustas quanto ao valor dos honorários, quer para mais, quer para menos. Por isso, não obstante a previsão legal se refira apenas a causas de pequeno valor, sugere-se a adoção da equidade também para demandas de valor muito alto. Pela mesma razão, são inaceitáveis honorários ínfimos e excessivos.¹⁴

Seguindo, sem dúvidas a maior alteração do CPC/2015 quanto a este ponto reside nos casos em que a Fazenda Pública é parte. Pela disposição do parágrafo terceiro do artigo 85 do Código, bem como pela de seus respectivos incisos, devem ser observados percentuais específicos para a hipótese, afastando-se a prática rotineira das condenações de honorários serem fixados em valores inferiores ao mínimo legal (NEVES, 2016).

1.3.4 Compensação de honorários na sucumbência parcial

O artigo 21 do CPC/1973 assim prescrevia: “Se cada litigante for em parte vencedor e vencido, serão recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre eles os honorários e as despesas”.

A redação deste dispositivo convergia com a antiga ideia de que os honorários eram devidos à parte vencedora, a título de ressarcimento do que havia gasto com a contratação de advogado.

Ora, sendo as partes credoras e devedoras umas das outras em razão da sucumbência parcial, nada mais razoável que as obrigações pudessem ser extintas pela compensação dos créditos, até onde se compensassem, como bem possibilita o artigo 368 do Código Civil.

¹⁴ As alíneas a, b e c do § 3º citadas pelo autor são do artigo 20 do antigo CPC/1973. Equivalem aos incisos I a IV do § 2º do artigo 85 do CPC/2015, que dispõem que o juiz deve, para o arbitramento dos honorários, atender o grau de zelo do profissional (I), o lugar de prestação do serviço (II), a natureza e a importância da causa (III) e o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço (IV).

Todavia, com o advento do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, em 1994, passou-se a entender que os honorários seriam devidos não à parte vencedora, mas sim a seu advogado. Assim, como os titulares de direito ao recebimento dos honorários não mais eram as partes, mas sim seus advogados, em tese o artigo 21 do CPC/1973 estaria parcialmente revogado, porquanto não mais seria possível a compensação dos ônus sucumbenciais.

Diz-se em tese porque não foi esse o posicionamento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, o qual inclusive concretizou seu entendimento acerca matéria por meio da Súmula n. 306: “Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte”. Para a referida Corte Superior, o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, quanto a esta discussão, apenas assegurou ao advogado a titularidade da verba honorária incluída na condenação, em nada proibindo a compensação em caso de sucumbência recíproca.

Neste ponto, caminhou muito bem o CPC/2015 ao ir em sentido contrário ao do posicionamento do STJ, prevendo expressamente ser vedada a compensação de honorários em caso de sucumbência parcial. Veja-se o teor do § 14 do artigo 85: “Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial”.

1.3.5 Ampla alcance dos honorários sucumbenciais

Uma das grandes inovações positivadas pelo CPC/2015 referente ao tema em estudo é o amplo alcance dos honorários de sucumbência, os quais não tiveram a sua fixação restrita tão somente às sentenças de fases cognitivas, como estabeleceu o legislador processual de 1973. Eis a íntegra do parágrafo primeiro do artigo 85 do códex processual de 2015: “São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente”.

Resolveu-se, com esta disposição, qualquer discussão que ainda pudesse haver quanto à possibilidade de fixação ou majoração de honorários em reconvenções, execuções, cumprimentos de sentença e recursos. Sem embargos, por certo ascenderão, como já se ascendem, amplos debates a respeito da possibilidade de fixação de honorários em casos não previstos neste rol, como em decisões que julgam incidentes processuais, por exemplo.

O exame mais aprofundado do teor deste dispositivo é tema central do capítulo seguinte, dada a importância das alterações por ele trazidas e também, principalmente, pela sua correlação direta com o objeto central deste trabalho de conclusão de curso – arbitramento de honorários sucumbenciais na decisão que julga o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.

2 ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS MUITO ALÉM DA SENTENÇA DA FASE COGNITIVA

A regra adotada pelo CPC/2015, ao contrário daquela acolhida pelo diploma processual antecessor, é a de que em todos os procedimentos de jurisdição contenciosa é obrigatória a condenação da parte vencida em honorários advocatícios (VELLOSO FILHO, 2016). No mais, a intenção do legislador, ao dispor no parágrafo primeiro do artigo 85 do CPC/2015 que “são devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente”, por certo não foi a de elencar absolutamente todas as hipóteses cabíveis de fixação do respectivo ônus. A ideia foi tão somente a de “espancar dúvidas, surgidas na vida forense, sobre sua incidência em determinados casos” (VELLOSO FILHO, 2016, p. 128).

Neste capítulo, será analisada a possibilidade de fixação de honorários nestes determinados casos citados expressamente pela lei, bem como em alguns outros não previstos pelo legislador, com ênfase especial na fixação de honorários em decisões interlocutórias. Tal análise ampliativa se faz necessária antes de se adentrar afundo no estudo dos honorários em decisões que julgam incidentes de desconsideração da personalidade jurídica (objeto do terceiro capítulo), considerando-se a forma que a matéria é tratada no CPC/2015 – ausência de previsão expressa acerca de possibilidade ou não de arbitramento de honorários em decisões dessa natureza.

2.1 HONORÁRIOS EM RECONVENÇÃO

Inicialmente, quanto à possibilidade de fixação de honorários de sucumbência na reconvenção, não há muito a ser dito. O CPC/2015, ao prever expressamente essa possibilidade, apenas concretiza o que já vinha entendendo há muito tempo o Superior Tribunal de Justiça¹⁵. Sem embargos, a positivação desta questão é digna de elogios, haja vista que, como pontua Neves (2016, p. 342),

[...] com o fim da autonomia formal da reconvenção, que passa a ser alegada na própria contestação, algum intérprete mais incauto poderia concluir erroneamente que a reconvenção também perdeu sua autonomia material, ou

¹⁵É pacificado o entendimento no Superior Tribunal de Justiça que “os honorários na ação principal são independentes daqueles fixados na ação de reconvenção” (EDcl no AgRg no Ag 1366252/GO, Rel. Ministro João Otávio De Noronha, Quarta Turma, julgado em 07/06/2011, DJe 14/06/2011).

seja, sua natureza de ação, e com isso concluir, também erroneamente, pelo não cabimento de condenação a pagar honorários advocatícios.

Expõe Azevedo (2017, p. 41), ainda: “Para cada uma das pretensões deduzidas em juízo, devem ser arbitradas as respectivas verbas sucumbenciais de acordo com o resultado empreendido em cada uma delas”.

Ora, não há dúvidas de que a reconvenção possui natureza de ação, muito embora pela nova legislação processual deva ser incluída no corpo da contestação. Como consequência, não seria lógico concluir pela impossibilidade de fixação de honorários na decisão que a julga.

2.2 HONORÁRIOS EM CUMPRIMENTOS DE SENTENÇA E EM PROCESSOS DE EXECUÇÃO

Seguindo-se o disposto pelo parágrafo primeiro do artigo 85 do CPC/2015, passa a ser expressamente permitida também a fixação de honorários de sucumbência nos cumprimentos de sentença, provisórios ou definitivos, bem como nas execuções, resistidas ou não.

Trata-se de verdadeiro avanço se comparado à lei processual anterior, visto que essa era, à época de sua edição, omissa quanto à fixação de honorários nas execuções, sejam elas de títulos judiciais ou extrajudiciais. Araken de Assis (2015) expõe que apenas disposições esparsas no antigo Código indicavam serem devidos honorários ao exequente, caso fosse necessária a instauração de uma relação processual executiva, inclusive com auxílio de advogado.

Isso porque a mentalidade era a de que seriam devidos honorários na pretensão executiva apenas se o executado apresentasse embargos à execução (ASSIS, 2015). Tal entendimento prevaleceu até o ano de 1994, quando da promulgação da Lei n. 8.952¹⁶. Desde então, passou-se a adotar a regra de que os honorários seriam cabíveis mesmo sem que houvesse a apresentação de qualquer resistência do executado; também seriam arbitrados mediante apreciação equitativa do órgão judiciário.

O CPC/2015 manteve esta ideia de desnecessidade de manifestação de resistência do executado para o arbitramento de honorários. O legislador foi bastante cuidadoso ao dispor, no parágrafo primeiro do artigo 85 do Código, que os honorários são devidos na execução “resistida ou não”. A principal novidade, quanto a este ponto, reside no critério de

¹⁶ A Lei n. 8.952/94 foi responsável por alterar alguns dispositivos do Código de Processo Civil referentes ao processo de conhecimento e ao processo cautelar.

quantificação dos honorários. Estes não mais devem ser arbitrados equitativamente pelo juiz, como previa o diploma processual anterior, mas sim arbitrados em dez por cento sobre o valor do débito, em se tratando de execução por quantia certa, reduzidos pela metade, caso o executado pague a dívida em até três dias (art. 827, *caput* e § 1º, do CPC/2015). A verba pode ainda ser elevada ao patamar de vinte por cento, em caso de oposição de embargos (art. 827, § 2º). No mais, em que pese tais disposições constarem no capítulo referente às execuções por quantia certa, Assis (2015) aduz que se aplicam, por analogia, também às outras espécies de execução.

Especificamente quanto ao arbitramento de honorários em cumprimentos de sentença, também não restam maiores dúvidas quanto à sua possibilidade, considerando a previsão expressa do novo Código neste sentido (art. 85, § 1º).

Sobre o tema, ensina Assis (p. 485, 2015) que

[...] a atividade processual desenvolvida na execução é distinta da que já se desenvolveu para constituir o título. O exequente necessita de advogado para elaborar, nessa fase, as peças técnicas próprias da sua atribuição. Ademais, os honorários fixados no título derivam de uma visão retrospectiva do trabalho do advogado, nada incluindo a título de remuneração na atividade processual da execução. E, de resto, o acréscimo das despesas processuais e dos honorários não implica revisão do julgado. Eventual cumprimento que desatendesse semelhante despesa, em suma, dificilmente estimar-se-ia satisfatório e completo, do ponto de vista do direito substancial. (...) é curial que os honorários do título correspondem ao trabalho desenvolvido na atividade tendente à formulação dessa regra. Basta ler os critérios que presidem sua fixação, hoje contemplados no art. 85, §2º, I a IV. A execução inaugura outra espécie de serviços, diferentes dos anteriormente prestados, inclusive na fase recursal (art. 85, § 11), a reclamarem contraprestação digna e suficiente. Eliminar os honorários na execução, *in simultaneo processu*, infringiria o princípio da *restitutum ad integrum*”.

Colocação interessante também é a de Eduardo de Avelar Lamy (2015, p. 1.094), para quem os honorários, no cumprimento de sentença ou no processo de execução, não estão ligados ao julgamento do mérito, “mas sim à existência do contraditório e ao trabalho dos profissionais para satisfazer, mormente no cumprimento da sentença, um julgamento de mérito anterior; prestar a efetiva tutela jurisdicional”.

Isso porque a sucumbência (essencial para o arbitramento dos honorários), pontua Lamy (2015, p. 1.095), não deve ser pensada “apenas em função daquele que tem o mérito julgado a seu favor, mas também em favor daquele que tem os seus direitos assegurados no mundo dos fatos através de atos executivos”.

A fixação dos honorários no processo de execução ou no cumprimento de sentença também pode ser justificada pelo princípio da causalidade. Como já visto, a imposição dos

honorários pelo julgador, observado este princípio, está a sancionar o ato de dar causa ao processo. Em outras palavras, analisa-se a sua inevitabilidade, proveniente da omissão ou resistência de alguma das partes. Nesse sentido conclui Lamy (2015, p. 1.096):

[...] nos feitos executivos, portanto, são devidos honorários porque embora o executado não pudesse evitar incidentes processuais de toda sorte, certamente poderia evitar a deflagração do cumprimento de sentença – que não é um mero incidente – razão pela qual não cabem honorários na primeira situação, mas cabem na segunda: honorários de sucumbência ou, melhor dizendo, de causalidade, por não ter sido evitado o processo.

Não se pode discordar dessa conclusão. A fase de cumprimento de sentença ou o processo de execução, os quais inegavelmente exigem trabalho adicional dos patronos dos exequentes, podem ser evitados caso a parte executada adimpla sua obrigação no prazo adequado, sem a necessidade de movimentação da máquina judiciária para tanto.

2.3 HONORÁRIOS EM RECURSOS

É fato que a interposição de qualquer recurso prolonga a relação processual, o que exige maior participação das partes e consequentemente de seus advogados, os quais acabam por desempenhar atividades distintas das já desenvolvidas e valoradas no provimento final do juiz (ASSIS, 2015).

O antigo CPC/1973 nada previa quanto à possibilidade de majoração da verba honorária já fixada em sentença, levando-se em consideração este trabalho dos advogados posterior à prolação da sentença. Previa a condenação do sucumbente recursal tão somente ao pagamento das custas processuais (art. 20, § 1º).

O CPC/2015 tratou de sanar esta lacuna. Previu expressamente a possibilidade – ou melhor, o dever – do Tribunal de majorar os honorários fixados anteriormente, levando-se em consideração o esforço adicional realizado pelos patronos das partes em grau recursal (§ 11 do art. 85). Sobre o tema, César Cipriano de Fazio (2015, p. 617-618) bem pontua que

[...] a imposição de honorários em sede recursal ganhou agora, sob a égide do CPC/15, novas luzes, valendo para o Tribunal (ou ao relator, nas hipóteses legais) que julga o recurso, quanto à majoração dos honorários pelo trabalho adicional realizado em sede recursal, a mesma regra que já era aplicada para o arbitramento de honorários na sentença, ou seja, se trata de matéria conhecível de ofício e inserta, portanto, no âmbito do efeito translativo dos recursos, dispensando pedido e não se sujeitando à proibição da *reformatio in pejus*.

Os pressupostos essenciais para que haja condenação ao pagamento de honorários pela sucumbência recursal são a verificação da responsabilidade e a possibilidade de condenação ao pagamento de honorários pela decisão recorrida (FAZIO, 2015).

O primeiro pressuposto está diretamente ligado à derrota na pretensão manifestada no recurso. Ora, é indiferente, para a sucumbência recursal, qual das partes restou vencedora no mérito da demanda, pois isso nem sempre significa que será vencedora também no recurso. Imagine-se como exemplo, conforme trazido por Fazio (2015, p. 620),

[...] a apelação do réu vencido para alteração do termo inicial de incidente dos juros de mora fixados na sentença, caso em que o provimento da apelação torna o autor, mesmo que vencedor da demanda principal, sucumbente recursal quanto a essa questão acessória, ensejando majoração (ainda que a partir de zero) dos honorários devidos ao advogado do réu.

Quanto ao segundo pressuposto, deve-se esclarecer que a majoração dos honorários pela sucumbência não se confunde – e nem deve ser confundida – com o estabelecimento de obrigação ao pagamento de nova verba honorária. Trata-se de mero acréscimo no valor da obrigação estabelecida pelo magistrado sentenciante e que corresponde ao “trabalho adicional realizado em grau recursal”, como prevê o próprio § 11 do art. 85 do CPC/2015.

Assim, como consequência lógica, extrai-se que somente se admite imposição de honorários pela sucumbência recursal se possível condenação ou majoração de honorários advocatícios pela decisão recorrida (FAZIO, 2015).

Parte da doutrina cita ainda um terceiro pressuposto para a majoração dos honorários pela sucumbência recursal: o acréscimo de trabalho do advogado da parte recorrente ou recorrida (FAZIO, 2015). Para esta corrente, é indispensável a ocorrência de efetivo trabalho por parte do advogado do vencedor recursal, concretizado por meio da interposição da peça do recurso ou de sua respectiva resposta, ou ainda pela realização de sustentação oral, por exemplo. Inexistindo efetiva prestação de trabalho por parte do advogado da parte vencedora na sede recursal, não haveria razão para a majoração dos honorários sucumbenciais (FAZIO, 2015).

Respeita-se o posicionamento desta corrente, mas não é este o entendimento adotado pela jurisprudência dos tribunais superiores. Para o Supremo Tribunal Federal, a ratio essendi do referido dispositivo legal (§ 11 do art. 85 do CPC/2015) “não é aumentar a condenação atinente à verba honorária pelo simples fato de haver contrarrazões atravessadas nos autos,

mas teologicamente, evitar a interposição de recursos desarrazoados e com caráter meramente protelatórios”¹⁷.

Também neste mesmo sentido orienta o Enunciado n. 7 da I Jornada de Direito Processual Civil¹⁸, ao dispor que “a ausência de resposta ao recurso pela parte contrária, por si só, não tem o condão de afastar a aplicação do disposto no art. 85, § 11, do CPC”.

Neves (2016) também segue esta linha de que tal dispositivo legal serve como desestímulo à interposição de recursos meramente protelatórios. Isso porque a parte deve levar em consideração a possibilidade de majoração dos honorários advocatícios devidos ao patrono da parte contrária, em caso de não conhecimento ou desprovimento de seu recurso protelatório.

2.4 HONORÁRIOS EM DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS

O artigo 64 do CPC/1939 estabelecia que seria a sentença *final* da causa que condenaria a parte vencida ao pagamento dos honorários do advogado da parte vencedora. Ou seja, o entendimento era o de que incidiriam honorários somente na decisão final da causa principal, quando se apreciariam todas as questões discutidas, inclusive as incidentes, para se apurar a sucumbência das partes em toda a extensão do processo.

A lógica claramente era a de que os honorários não deveriam ser fixados “no desfecho de cada batalha”, mas sim quando da prolação da sentença final, momento em que se encerrariam não só as “batalhas”, mas toda a “guerra” (CAHALI, 2012).

O CPC/1973, por sua vez, aboliu a expressão *sentença final*. O artigo 20 do referido diploma estabelecia que seria a *sentença* que deveria condenar o vencido a pagar ao vencedor “as despesas que antecipou e os honorários advocatícios”. Nada obstante, a sentença, para fins desta norma, continuava a ser o pronunciamento do juiz que extinguia o feito, com ou sem o julgamento do mérito, mas que necessariamente desse fim ao processo. Ora, “segundo a regra da sucumbência, só no momento em que o processo atinge o seu êxito natural é possível

¹⁷ O autor utiliza-se de entendimento extraído da decisão do Plenário do STF, em 18/05/2017, que, por unanimidade, negou provimento ao Agravo Regimental na Ação Originária nº 2063/CE e, por maioria, fixou honorários recursais.

¹⁸ A I Jornada de Direito Processual Civil ocorreu em agosto de 2017 e foi promovida pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ). Envolveu a participação de ministros do Superior Tribunal de Justiça e demais magistrados de todos os países, além de demais juristas especializados nos temas em discussão. Teve o fim de definir posições interpretativas sobre o CPC/2015, adequando-as às inovações legislativas, jurisprudenciais e doutrinárias.

estabelecer-se qual das partes será obrigada ao pagamento das despesas” (CAHALI, 2012, p. 60).

Ainda na vigência do CPC/1973, Cahali (2012) pontuava, contudo, que tal norma deveria ser adaptada às hipóteses de pluralidade de partes ou de pretensão reconvenicional recíproca. Isso dado que, muito embora a decisão que excluísse um litisconsorte do feito ou que julgasse uma reconvenção não desse fim ao processo como um todo, o fazia em relação a alguma das partes, ou em relação ao pedido reconvinte. Inclusive a jurisprudência da época, em que pese não tratasse pacificamente do tema, reconhecia a possibilidade de condenação do vencido ao pagamento dos ônus processuais nestes casos (CAHALI, 2012).

Ressalvadas estas situações pontuais, prevalecia o princípio da unicidade da sentença, ou seja, a concentração do julgamento de todos os pedidos em uma única decisão. Como consequência, os honorários sucumbenciais eram também fixados somente nesta decisão. Ora, um dos pressupostos da sucumbência é o próprio julgamento da lide, o que em tese excluía a possibilidade de condenação nas despesas e nos honorários quando da análise de questão incidental. Segundo Cahali, “qualquer decisão não definitiva, por mais inexpressiva que seja a parte ainda não decidida, não pode inserir condenação nas despesas” (CAHALI, 2012, p. 262).

O que gerava muita discussão era o fato de o § 1º do artigo 20 do CPC/1973 dispor justamente que o juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, deveria condenar nas despesas o vencido. Inicialmente, houve um grande debate doutrinário sobre quem seria este vencido. A melhor doutrina entendia que seria o perdedor do incidente (CAHALI, 2012). A justificativa era a de que mesmo o vencedor da demanda principal poderia restar vencido em incidentes processuais. O fato de uma das partes se sagrar vencedora ao final do processo não lhe poderia ilidir a responsabilidade de arcar com as custas dos incidentes aos quais deu causa e saiu derrotada (CAHALI, 2012); mais pura expressão do princípio da causalidade.

Outro ponto relacionado a este mesmo dispositivo (§ 1º do art. 20 do CPC/1973) que gerava muita discussão jurisprudencial e doutrinária era o de que não havia menção expressa ao dever de pagamento, pelo vencido no incidente, de honorários sucumbenciais, mas tão somente das despesas. Cahali (2012) entendia, então, que aqueles não seriam devidos, diante da falta de expressa previsão legal para tanto. Posicionamento contrário ao de Pontes de Miranda, para quem os honorários estariam englobados pelo termo “despesas”. Afinal, deve-se atender “ao grau de zelo do profissional, ao lugar da prestação do serviço no incidente ou recurso, à natureza e à importância da causa, trabalho e tempo para o serviço” (MIRANDA, 1958, p. 392-393). A ressalva feita por Cahali (2012), como dito, era em relação aos casos de

acolhimento de preliminar de ilegitimidade passiva e de provimento ou desprovimento de reconvenções, por exemplo, quando então seriam devidos os honorários nas próprias decisões que os julgariam.

O CPC/2015, à primeira vista, manteve a mesma linha da lei processual anterior, no tocante à unicidade da sentença e consequentemente no tocante à unicidade da distribuição dos ônus sucumbenciais. É o que indica a leitura do *caput* do artigo 85 do referido diploma: “a sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor”. Sem embargos, a leitura deste dispositivo não deve ser realizada sob a mesma ótica daquela adotada na vigência do CPC/1973. Explica-se.

Quando da edição do antigo Código, a sentença era definida como o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa. Não havia discussão na doutrina que o conceito de sentença era definido pelo seu efeito de pôr fim ao processo. Assim, somente no momento final da lide seria possível eventual condenação ao pagamento de honorários.

Em 2005, entretanto, foi promulgada a Lei n. 11.232, responsável por alterar o conceito do ato judicial em comento, o qual passou a ser definido não mais por seu efeito de extinguir o processo, mas sim por seu conteúdo. O § 1º do artigo 162 do CPC/1973 passou a vigorar com a seguinte disposição: “sentença é o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269 desta Lei”.

Em princípio, bastaria então que ocorresse alguma das situações previstas nos artigos 267 e 269 do CPC/1973 para que o juiz pudesse arbitrar os honorários sucumbenciais, ainda que o processo não findasse integralmente. Infelizmente, este não foi o entendimento adotado pela maioria da jurisprudência, inclusive dos tribunais superiores¹⁹, que seguiram entendendo que o momento correto para a condenação ao pagamento dos honorários de sucumbência seria no final da lide, quando o juiz teria melhor aptidão para sopesar o trabalho dos patronos das partes desempenhado ao longo de todo o processo (LIMA; RATTACASO, 2015).

Em bem verdade, a unicidade da sentença continuou sendo a regra na prática judiciária brasileira, muito embora a inovação desta possibilidade de julgamento parcial do mérito introduzida no ordenamento pátrio pela Lei 11.232/2005. Possivelmente, como apontado por Lúcio Flávio Siqueira de Paiva (2015), esta extraordinária inovação acabou obscurecida e

¹⁹ O STJ, por meio do EDcl no REsp 1374573/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 22/05/2014, DJe 02/06/2014 e do EDcl no REsp 1223690/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 11/09/2012, DJe 24/09/2012 entendeu que o juiz só poderia condenar o vencido ao pagamento de honorários quando da prolação de sentença, e não quando do proferimento de decisões interlocutórias.

ofuscada pela efervescida discussão quanto ao recurso cabível contra esse tipo de decisão de julgamento parcial.

A definição de sentença não foi radicalmente alterada pelo CPC/2015. Manteve-se o conteúdo como principal critério de definição. A diferença, em relação à lei processual anterior, é que não se ignorou a prática dos Tribunais e, também a fim de se evitar a volta da discussão quanto à recorribilidade de decisões de mérito que não extinguem totalmente o processo, acresceu-se à definição o *efeito de pôr fim à fase cognitiva ou extinguir a execução*. Veja-se a disposição do artigo 203 do CPC/2015:

Ressalvadas as disposições expressas dos procedimentos especiais, sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 485 e 487, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução.

O legislador processualista também foi muito feliz ao tornar ainda mais óbvia a possibilidade de julgamento parcial do mérito, abandonando-se por completo o princípio da unicidade da sentença. Assim o fez por meio do artigo 356 do CPC/2015, o qual trata exatamente do *Julgamento Antecipado Parcial do Mérito*:

Art. 356. O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles:
I - mostrar-se incontroverso;
II - estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355.

Sobre este dispositivo, discorre Paiva (2015, p. 206):

Assim, pode-se afirmar que a decisão do juiz que julga parcialmente o mérito com base no artigo 356 do NCPC tem indiscutível *conteúdo* de sentença, mas *forma de decisão interlocutória*. Com isso, deve ser tratada, *para fins de recorribilidade*, como uma decisão interlocutória; *para todo o resto*, deve ser vista como uma sentença.

Ou seja, pelo CPC/2015, é bastante clara a possibilidade de proferimento de decisões interlocutórias de julgamento parcial, por vezes chamadas de *sentenças interlocutórias*. A única diferença destas em relação às sentenças definitivas é que não põem termo ao processo (fase cognitiva ou executiva). Para todo o resto, com exceção do recurso cabível, devem ser tratadas igualmente. Isso significa dizer que decisões desta natureza transitam em julgado, podem ser executadas provisória e definitivamente e podem ser rescindidas por meio de ações rescisórias, por exemplo.

2.4.1 Decisões de julgamento parcial do mérito

Pelo que foi dito acima, como as decisões de julgamento parcial da lide se submetem a todo o regime jurídico típico das sentenças, com exceção da recorribilidade, deve-se incluir, quando de seu proferimento, um capítulo específico para a fixação de honorários sucumbenciais.

Paiva (2015, p. 209), cita um rol meramente exemplificativo das mais comuns “sentenças interlocutórias” que deverão ter capítulo específico para condenar o vencido ao pagamento de honorários advocatícios:

[...] (i) decisão que exclui um dos litisconsortes por ilegitimidade; (ii) decisão que julga carecedor de ação o autor quanto a um dos pedidos formulados e dá seguimento ao feito com relação ao(s) outro(s); (iii) decisão que indefere liminarmente a reconvenção ou julga seu mérito em momento anterior ao da ação, por se encontrar já madura a demanda reconvenicional; (iv) decisão que pronuncia a prescrição de uma das pretensões cumuladas ou a decadência de um direito potestativo, dando seguimento ao processo em relação a outros pedidos cumulados; (v) decisão que homologa a parcial desistência, renúncia ou reconhecimento jurídico do pedido.

O mesmo autor cita ainda outra interessante situação. Imagine-se uma execução fiscal lastreada por diversas certidões de dívida ativa em que é acolhida exceção de pré-executividade para se reconhecer a prescrição de parte delas. A decisão que reconhece esta prescrição deve contemplar condenação em honorários advocatícios, ainda que a execução siga quanto à cobrança das certidões hígidas restantes (PAIVA, 2015). É este o posicionamento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, inclusive: “Segundo a orientação jurisprudencial pacífica desta Corte Superior, são devidos honorários advocatícios sucumbenciais pelo exequente quando acolhida exceção de pré-executividade, ainda que parcialmente”²⁰.

De toda sorte, a conclusão a que se chega é a de que o CPC/2015 admite – ou ainda, impõe, conforme aduzido por Paiva (2015) – que o juiz julge parcialmente a demanda toda vez que um ou mais dos pedidos cumulados se encontre apto a julgamento, já fixando os honorários sucumbenciais respectivos, sendo desnecessário se aguardar a decisão final da lide.

²⁰ STJ; EDcl no REsp 1.326.400/SP; Relator: Ministro Lázaro Guimarães; Data de Publicação 13/10/2017.

2.4.2 Decisões que versam sobre tutelas provisórias

A disciplina das tutelas provisórias está disposta em livro próprio no CPC/2015, que engloba tanto a tutela de urgência, seja ela antecipada ou cautelar, quanto a tutela de evidência.

Decisões que julgam pedidos de tutelas provisórias, em princípio, não têm a finalidade de pôr fim ao processo, tampouco têm fundamento nos artigos 485 ou 487 do diploma processual. Desta forma, a regra é a de que não caberá a fixação de honorários na oportunidade de seu proferimento. Isso não significa, no entanto, que o trabalho dos patronos das partes deixará de ser devidamente remunerado por verbas sucumbenciais. Todo o desempenho será avaliado pelo juiz, mas o será no momento oportuno (em regra na sentença).

Maior debate merece o cabimento de honorários na decisão que julga pedido de tutela antecipada de caráter antecedente, que pode vir a ser estabilizada caso a parte prejudicada não interponha o recurso cabível (art. 304 do CPC/2015). “Nestes casos, a parte pode realmente vir a se beneficiar de uma decisão interlocutória de mérito sem que a mesma decisão necessariamente venha ser incorporada ou substituída por uma sentença” (LIMA; RATTACASO, 2015, p. 345).

Ocorrendo a estabilização, o processo será extinto (§ 1º do art. 304), não se impedindo que a decisão possa ser revista em até dois anos (§§ 2º e 5º do art. 304). Embora não faça coisa julgada, a tutela estabilizada conserva seus efeitos enquanto não alterada por nova ação. Lima e Rattacaso (2015) listam algumas razões quanto à impossibilidade de fixação de honorários nestes casos.

Primeiramente, a decisão que versa sobre a tutela antecedente, em que pese trate do mérito da demanda, não tem natureza de sentença, nem mesmo da chamada *sentença parcial*. Além disso,

[...] a imposição de honorários nesta sede estimularia o réu a impugnar a decisão, instaurar o contraditório e promover o regular andamento do processo principal, com o exercício de uma cognição exauriente. Seria, pois, um enorme contrassenso, na medida em que um dos propósitos da estabilização da tutela antecipada é justamente reduzir os níveis de litigiosidade, especialmente nas questões menos complexas (v.g., sustação de protesto, fixação de pensão alimentícia, separação de corpos etc.). E mais: se se admitisse a condenação em honorários, o pedido principal seria arquivado com a estabilização da tutela, mas ficaria remanescente a execução dos honorários, que teria uma tramitação mais complexa do que a do próprio pedido principal. (LIMA; RATTACASO, 2015, p. 348).

Outra razão seria o fato de a decisão antecipatória poder ser reformada ou alterada nos dois anos seguintes ao de seu proferimento, de modo que os honorários teriam que ser devolvidos pelo patrono da causa à parte adversa (LIMA; RATTACASO, 2015).

Como consequência, para os autores em questão se trata de uma exceção ao princípio da causalidade. O réu que deu causa à demanda não deverá ser condenado ao pagamento de honorários sucumbenciais.

Posicionamento contrário é adotado por Fredie Didier Jr., Paulo Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira (2016), para quem se aplicam, por analogia, as disposições do art. 701 do CPC/2015 (referente à ação monitória), que prevê o arbitramento de honorários na porcentagem cinco por cento do valor atribuído à causa. Para estes autores, a estabilização nada mais é do que uma técnica de “monitorização” do procedimento comum²¹.

A jurisprudência também é sensível quanto ao tema. Por vezes admite o arbitramento de honorários em casos de estabilização da tutela, sob os mais variados fundamentos – seja pela natureza alimentar dos honorários e aplicação análoga das disposições do cumprimento de sentença²², seja pela aplicação do princípio da causalidade²³, por exemplo.

2.4.3 Decisões que julgam incidentes processuais

Para que se discorra especificamente sobre os honorários em decisões interlocutórias que julgam questões processuais incidentes, necessário, antes, discorrer sobre o conceito de incidente processual propriamente dito e também sobre a sua natureza jurídica.

A compreensão destes dois pontos é de suma importância não só para a conclusão final deste capítulo, mas principalmente para que seja possível entender que um dos objetos centrais deste trabalho, qual seja, o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, é, na verdade, uma demanda incidental, e não um mero incidente processual. Adianta-se que, em que pese esta sutil diferença de nomenclatura, os efeitos práticos daí decorrentes são bastante consideráveis, inclusive no que diz respeito à fixação de honorários.

²¹ Explicam Didier Jr., Braga e Oliveira que a estabilização da tutela antecipada representa uma generalização da técnica monitória para situações de urgência e para a tutela satisfativa, “na medida em que viabiliza a obtenção de resultados práticos, céleres e efetivos para o autor, quando, configurada a probabilidade do seu direito (mediante cognição sumária), é obtida uma medida de tutela imediata, em face da qual o réu permanece inerte”.

²² Conforme entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo, ao analisar a Apelação n. 1009075-28.2016.8.26.0344, julgada em 26/10/2017.

²³ Conforme entendimento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, ao analisar a Apelação nº 70076342211, julgada em 14/03/2018.

2.4.3.1 Conceito de incidente processual

Muito embora seja comum o uso da expressão “incidente processual”, não é extensa a doutrina pátria que o conceitue ou que discorra sobre a sua natureza jurídica. Um tanto pela dificuldade em se definir exatamente o que é um incidente processual, outro tanto pela complexidade em se prever todas as possíveis questões incidentes que podem surgir na tramitação de um processo (VIEIRA, 2017) – como se verá adiante, nem todas são típicas.

Em um sentido etimológico, a palavra incidente, no processo, significa “interromper, surgir no meio” (OLIVIERI, 1906, p. 521), ou ainda “algo que sobrevém, que cai sobre determinado fato ou se sobrepõe a ele” (TORNAHI, 1978, p. 267), ambas definições citadas por Christian Garcia Vieira (2017, p. 84).

Uma definição em um sentido já mais processual, trazida por Carlos Miguel Y Alonso (1965 apud VIEIRA, 2017), é a de que o incidente corresponde à superveniência de fato ou questão acessória à causa principal, como obstáculo a ser superado antes da persecução do mérito. Isso significa dizer, seguindo-se a linha de raciocínio do autor espanhol, que se trata de ponto secundário surgido após o ajuizamento de uma demanda e a ela relacionada que necessariamente deve ser decidido para o regular deslinde do feito principal.

No mesmo sentido, Antonio Scarance Fernandes (1991, p. 32) ensina que o incidente surge quando da ocorrência de novo momento no processo “formado de um ou mais atos não inseridos na sequência procedimental, que possibilitam a decisão da questão incidental ou o exame dos pressupostos de sua admissibilidade no processo”.

Já para Heitor Vitor Mendonça (2013), um incidente é palco para solução de questão instrumental, que não toca diretamente as relações jurídicas controvertidas no plano material e que notadamente é encerrado por questão interlocutória.

Ou seja, um incidente processual nada mais é do que uma questão controversa secundária e acessória que surge no curso de um processo e que precisa ser julgado antes da decisão do mérito da causa principal. A questão a ser discutida, muito embora seja distinta daquela principal, é tão estritamente a ela relacionada que a melhor forma de processá-la e julgá-la é de forma incidental, e não por meio de uma nova demanda (MENDONÇA, 2013).

Resumidamente, Vieira (2017, p. 91) define o incidente processual nas seguintes palavras:

Deve-se entender por ‘incidente do processo’ o ato ou série de atos praticados no curso de um processo, compreendendo um procedimento menor, que não dá causa a uma nova relação jurídica processual, dependente

do principal e com a precípua finalidade de solucionar questão, sem a qual não é possível prosseguir no processo em que o incidente teve origem.

Na mesma linha, o autor também aduz que o entendimento majoritário da doutrina é o de que o incidente do processo se resolve por um procedimento menor, sumarizado e voltado exclusivamente à sua superação e sobre o qual depende o desfecho do processo principal (VIEIRA, 2017).

2.4.3.2 Natureza jurídica

Inicialmente, no direito italiano, o incidente processual era tratado como recurso. Essa posição, contudo, não se manteve por muito tempo, considerando que o seu objetivo não é e nunca foi o de reformar uma decisão injusta, mas sim o de que seja analisado ponto secundário o qual deve ser discutido antes do julgamento da demanda (SABATINI, 1953 apud VIEIRA, 2017).

Assim como não se deve confundir o incidente como recurso, também não se deve confundi-lo como processo incidental. Enquanto aquele, como dito no ponto anterior, é um procedimento menor do qual não decorre uma nova relação jurídica²⁴, este se consubstancia em uma demanda que, muito embora também seja secundária e acessória, acarreta uma nova relação jurídica processual, assentada sobre um novo procedimento. É considerada incidental “porque instaurado de modo relacionado com algum processo pendente e porque visa a um provimento jurisdicional que de algum modo influenciará sobre este ou sobre seu objeto” (VIEIRA, 2017, p. 91). Ademais, ao contrário do incidente, em que a doutrina entende não se ter a amplitude necessária para se deduzir objeto de ação autônoma (SIRACUSA, 1957), no processo incidental há o verdadeiro exercício de direito de ação (RODRIGUES, 2010).

Cândido Rangel Dinamarco (1987, p. 172) também faz distinção entre os dois institutos. Para o autor, o incidente no processo corresponde a

[...] um acontecimento no processo mesmo, um pequeno procedimento paralelo ao principal, determinando ou não a suspensão deste, mas sempre se integrando ao processo já pendente, sem dar origem a outro.

²⁴Também neste sentido, afirmam Juan I. Alonso e Gustavo J. Giatti que “por la vía incidental se encauzan aquellas cuestiones que no son autónomas sino derivadas de otro proceso, y que por lo tanto no tienen entidad suficiente para dar lugar a un juicio autónomo” (2004, p. 25 apud VIEIRA, 2017, p. 88).

Por outro lado, define o processo incidente como um “processo novo, outro processo, que tem vida em função do primeiro, que produzirá sentença destinada a projetar efeitos sobre ele, mas sempre será um processo em si mesmo” (DINAMARCO, 1987, p. 173).

Cahali (2012, p. 265) é outro autor que discorre sobre esta confusão entre incidentes processuais e processos incidentais:

Pouco se esclarece, porém, quanto à natureza específica do *incidente* assim superado, permitindo, deste modo, as distorções da prática judiciária, no sentido de considerar indiscriminadamente como “incidente” qualquer questão acessória que sobrevém no processo, toda e qualquer dificuldade suscitada no curso da lide, servindo-se, pois, do termo em seu significado comum – e tratando, pois, como simples incidentes questões que hoje se apresentam com a indumentária jurídica de processos ou ações.

Uma das principais – senão a principal – características do incidente é seu caráter secundário e acessório, superveniente ao processo principal e a ele vinculado (CARNELUTTI, 1939; ALONSO, 1904 apud VIEIRA, 2017). Isso também faz com que o processo principal fique dependente do incidente, na medida em que só poderá ser encerrado após o seu julgamento.

Outra importante característica do incidente que o distingue de um processo incidental é a de que as questões nele tratadas nem sempre são oriundas de controvérsias entre as partes, uma vez que podem decorrer de simples dúvida do magistrado quanto a um ponto de fato ou de direito (RODRIGUES, 2010), como em uma exceção de competência, por exemplo.

2.4.3.3 Efeitos processuais decorrentes da decisão que julga incidente processual

Como o incidente processual se limita a questão acessória e secundária necessária para o alcance da decisão de mérito, em tese não tem o condão de pôr fim ao processo. Dito de outra forma, o incidente apenas compreende uma etapa a ser transposta para permitir a apreciação do mérito. Dinamarco (1997, p. 94) destaca que corresponde a “um acontecimento no processo mesmo, um pequeno procedimento paralelo ao principal, determinando ou não a suspensão deste, mas sempre se integrando ao processo já pendente, sem dar origem a outro”.

Como efeitos processuais práticos, além de não dar fim à demanda principal e ser julgado por decisão interlocutória, o incidente, em regra, não enseja a condenação do vencido ao pagamento dos honorários sucumbenciais, ao menos não na decisão interlocutória que o julga.

O entendimento do Superior Tribunal de Justiça vai exatamente neste sentido. Em interessante caso, a Terceira Turma do STJ, ao analisar agravo regimental em recurso especial, entendeu que seriam devidos honorários em incidente, caso este assumisse nítido caráter de demanda, essencialmente de uma ação condenatória, com base na aplicação do princípio da causalidade²⁵. Nada obstante, a Corte Especial do Tribunal Superior, ao analisar recurso de embargos de divergência interposto neste mesmo processo, reformou a decisão anterior para firmar entendimento no sentido de não serem devidos honorários em incidente, por ausência de expressa previsão para tanto²⁶.

A única “exceção” reconhecida pelo STJ para arbitramento de honorários sucumbenciais em incidentes processuais é quando estes, tal qual uma exceção de pré-executividade, por exemplo, ensejam a extinção do processo, ou ao menos uma alteração substancial no seu mérito. Destaca-se a palavra exceção entre aspas porque, em bem verdade, a condenação neste caso nada mais é do que a mais pura expressão do princípio da causalidade e o cumprimento do disposto no artigo 85 do CPC/2015. Ora, é fato que os honorários estão sendo arbitrados quando do julgamento de incidente processual, mas o são apenas em razão da extinção do processo (total ou parcial).

Prova disso é o fato de que, conforme entendimento de Araken de Assis (2016), não se deve condenar o vencido na exceção de pré-executividade ao pagamento de honorários sucumbenciais, mas tão somente ao pagamento de eventuais custas processuais, em caso de rejeição da exceção. Discorre o autor (2016, p. 498):

Rejeitada a exceção de pré-executividade, cuidava-se de incidente no curso da execução, cabendo ao órgão judiciário condenar o vencido – no caso, o executado – ao pagamento das despesas processuais. As opiniões dividiam-se, a esse propósito, mas parece preferível limitar a condenação do executado, que já responderá pelos honorários intrínsecos à atividade executiva, remunerando suficientemente o advogado do exequente, pré-exclui a condenação em honorários no tocante à exceção de pré-executividade.

Assim conclui Assis (2016) porque, da mesma forma que entende Cahali (2012), nestes casos, o processo seguirá tramitando, não sendo a decisão que julga o incidente o momento correto para o arbitramento dos honorários. Como já dito, isso não significa que o

²⁵ AgRg no REsp 1366014/SP, Rel. Ministro Paulo De Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 01/03/2016, DJe 11/03/2016.

²⁶ EREsp 1366014/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Corte Especial, julgado em 29/03/2017, DJe 05/04/2017.

trabalho do patrono da parte vencedora deixará de ser remunerado por verbas sucumbenciais. Apenas o será no momento oportuno, o qual, em regra, será a prolação da sentença.

Nesta mesma linha, não havia que se falar no arbitramento de honorários na decisão que julgava o antigo incidente de impugnação à justiça gratuita, por exemplo. Este era inclusive o posicionamento do STJ, que concluía reiteradamente que não caberiam honorários na decisão que julgava incidentes, fazendo-se quase sempre a ressalva de que “no momento oportuno, quando da apreciação do mérito, deverá o julgador levar em conta o trabalho realizado pelo patrono da causa ao fixar os honorários de sucumbência”²⁷.

Até o presente momento, discorreu-se, quanto a apreciações gerais sobre os honorários de sucumbência e quanto à possibilidade de seu arbitramento pelos juízes em algumas outras decisões senão nas sentenças propriamente ditas.

No capítulo seguinte, o estudo será focado especialmente no instituto de desconsideração da personalidade jurídica. Discorrer-se-á principalmente sobre a sua natureza jurídica e sobre seus aspectos processuais, a fim de se demonstrar a possibilidade do arbitramento de honorários na decisão que o julga.

²⁷ REsp 1205242/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 06/09/2016, DJe 14/09/2016.

3 O “INCIDENTE” DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

O objetivo central deste trabalho é demonstrar a possibilidade de fixação de honorários de sucumbência na oportunidade do julgamento de pedido de desconconsideração da personalidade jurídica.

Para tanto, discorreu-se, até o presente momento, sobre aspectos gerais e sobre os princípios fundamentais dos honorários de sucumbência. Também se discorreu sobre a possibilidade de seu arbitramento em outras decisões senão nas sentenças propriamente ditas.

Agora, neste terceiro capítulo do desenvolvimento do trabalho, será aprofundado o estudo dos honorários de sucumbência especificamente no denominado incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, inovação – ao menos legislativa – do CPC/2015.

3.1 CONCEITO E OBJETIVO

Antes de se adentrar propriamente ao estudo do instituto da desconconsideração, necessária uma breve introdução do que é a personalidade jurídica em si e também o objetivo de sua criação.

Resumidamente, Jacy de Souza Mendonça (2002, p. 187) a define como “relação entre duas ou mais pessoas, em busca em um bem comum”. Quando criada, a pessoa jurídica passa a ter vida própria, independentemente de seus fundadores, de seus sócios e também das pessoas com quem se relaciona (BRUSCHI, 2009). Além desses efeitos no plano de direito material (distinção entre a sociedade e a pessoa de seus sócios), a criação da pessoa jurídica opera efeitos também no plano do direito processual, qual seja, a separação da responsabilidade que recai sobre o patrimônio social e o patrimônio pessoal dos sócios (BRUSCHI, 2016).

Quanto a sua finalidade, Fábio Konder Comparato (2014, p. 286) ensina que

[...] consiste na criação de um centro de interesses autônomo, relativamente às vicissitudes que afetam a existência das pessoas físicas que lhe deram origem, ou que atuam em sua área: fundadores, sócios, administradores. As funções específicas variam, conforme as diferentes categorias de pessoa jurídica a e, ainda, dentro de cada categoria, de coletividade a coletividade, em razão de seus atos constitutivos, estatutos ou contratos sociais.

Em regra, agindo os membros deste ente jurídico de maneira contrária aos exercícios dessas funções específicas as quais a sociedade foi criada (desvio de finalidade), em se tratando de atos de abuso ou de fraude – na maioria das vezes para frustrar o pagamento de

credores – é que deve ser utilizado o instituto da desconsideração. Neste sentido, Comparato (2014) aduz ainda que deve ser operada como consequência de um desvio de função, ou disfunção, resultante sem dúvida, as mais das vezes, de abuso ou fraude, mas que nem sempre constitui um ato ilícito.

A forma que essa fraude ou abuso é ‘desconstituída’, como se verá à frente, não se dá através da anulabilidade ou da anulação da pessoa jurídica, mas sim por meio da ineficácia do ato lesivo perante o terceiro prejudicado.

Ora, para se desconstituir a personalidade de uma pessoa jurídica, não basta simplesmente a demonstração da derrocada econômica da sociedade, ainda que em razão de sua má administração, como muitos credores prejudicados possam vir a imaginar. É necessário, em regra²⁸, como bem prevê o artigo 50 do Código Civil, o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial de bens da sociedade e de seus sócios.

Para Fábio Ulhoa Coelho (1989), a teoria da desconsideração tem a intenção de preservar o instituto da pessoa jurídica, mostrando que o problema não reside no próprio instituto em si, mas sim no mau uso que por vezes se faz dele, considerando que sua finalidade é atingir apenas a eficácia episódica da personalidade jurídica da sociedade, mas nunca a validade do seu ato constitutivo.

Feitas tais pontuações, pode-se conceituar a desconsideração da personalidade jurídica como

[...] um meio de repressão à frustração da atividade executiva, caracterizado pela decretação da inoponibilidade (ineficácia relativa) do limite patrimonial da pessoa jurídica, permitindo que sejam atingidos os bens de seus sócios, ex-sócios, acionistas, ex-acionistas, administradores, ex-administradores e sociedades do mesmo grupo econômico; ou, ainda, que sejam atingidos os bens da pessoa jurídica por obrigações contraídas por eles, no caso da chamada ‘desconsideração inversa da personalidade jurídica’. (BRUSCHI, 2016, p. 138).

Bruschi (2016) ainda a define como uma responsabilidade executiva secundária, em que bens de terceiros podem responder por obrigações assumidas por devedor principal.

²⁸ Como exceção, o direito do consumidor e o direito ambiental, dentre outros, trazem regras bastante diferentes. Em relação ao primeiro, o artigo 28 do Código de Defesa do Consumidor traz as hipóteses em que o juiz pode desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade. Sofre severas críticas da doutrina, por abranger as causas geradoras da aplicação da desconsideração de maneira bastante genérica, distorcendo a real essência do instituto. Ora, em uma relação de consumo, para que seja desconsiderada a personalidade de uma pessoa jurídica, basta que se comprove a sua insolvência, por exemplo, sendo completamente desnecessária a comprovação de desvio de finalidade ou de ato fraudulento ou abusivo. Já em relação ao direito ambiental, conforme artigo 4º da Lei n. 9.605/98, basta, para a desconsideração, que a personalidade jurídica seja considerada obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Da mesma forma que as regras consumeristas, sofre duras críticas da doutrina por desvirtuar a essência do instituto da desconsideração.

Acrescenta-se a estas definições apenas o fato de que a desconsideração pode ser requerida não somente no curso de uma fase executiva, mas também em qualquer momento de uma fase cognitiva, inclusive no curso de uma ação de conhecimento em que se visa constituir o título em face da sociedade a qual se buscará a desconsideração.

Outra pequena ressalva que se faz desde já é a de que se diz, neste trabalho, desconsideração da personalidade jurídica da “sociedade” porque é esta a regra, mas não há impedimento algum para a desconsideração da personalidade também de pessoas físicas (fenômeno denominado doutrinária e jurisprudencialmente como desconsideração inversa da personalidade jurídica).

Seja qual for o tipo de desconsideração (clássica ou inversa), os efeitos decorrentes são os mesmos da decretação da fraude à execução e da procedência da ação pauliana ao reconhecer fraude contra credores, quais sejam: “os limites dos patrimônios do devedor e do terceiro tornam-se inoponíveis (relativamente ineficazes) em relação à atividade jurisdicional executiva que seria frustrada, caso a eficácia de tais limites não fosse relativizada” (BRUSCHI, 2016, p. 145).

O diferencial da desconsideração da personalidade jurídica, se comparada à fraude à execução e à fraude contra credores, reside principalmente no fato de que, ao contrário destas, em que a responsabilidade secundária gerada recai apenas sobre um ou alguns bens do patrimônio do terceiro afetado (bem ou bens que foram alienados ou onerados em fraude à execução ou fraude contra credores), naquela a responsabilidade recai sobre a totalidade dos bens existentes no patrimônio do terceiro, excetuados apenas os bens não sujeitos à penhora, como o imóvel protegido como bem de família (BRUSCHI, 2016).

3.2 ORIGEM

A origem do instituto da desconsideração é fruto de criação da jurisprudência inglesa e americana do século XIX. São emblemáticos o caso americano *Bank of United States vs. Deveaux*, datado de 1809, e o caso inglês *Solomon vs. Solomon & Co.*, datado de 1897. Como exposto por Bruschi (2016, p. 139),

[...] embora em nenhum desses casos tenha prevalecido a desconsideração da personalidade jurídica como a vemos hoje, ambos foram pioneiros no fato de o julgador olhar através da personalidade jurídica, enxergando a figura do sócio dentro dela e considerando-a para determinado efeito jurídico. As expressões utilizadas pela jurisprudência dos países de *commom law* para descrever o fenômeno da desconsideração da personalidade jurídica são as mais diversas e ilustrativas como: “*pierce the corporate veil*”, “*remove the*

corporate mask”, “*lift the corporate veil*”, “*pierce the corporate shield*”, “*lift the corporate skirt*” ou “*cracking open the corporate shell*”. Todas trazem a ideia da utilização da sociedade como um alter ego do sócio, sendo que este a utiliza para atuar em interesse próprio.

No Brasil, a origem do instituto também é decorrente de construções jurisprudenciais. Um dos primeiros julgados nacionais em que se aplicou o instituto da desconsideração foi a Apelação n. 9.247, julgada em 11/04/1955 pela 2ª Câmara do extinto Tribunal de Alçada Civil de São Paulo. No caso em questão, decidiu-se pela legalidade de afetação de bens de um hospital por obrigações assumidas por seu acionista controlador (desconsideração inversa), considerando-se a existência de nítida confusão patrimonial entre ambos (BRUSCHI, 2016).

3.3 NATUREZA JURÍDICA

O que se busca com o instituto da desconsideração da personalidade jurídica é a afetação do patrimônio de terceiros – sejam eles sócios, ex-sócios, administradores ou mesmo outras sociedades de um mesmo grupo econômico – que se utilizaram da sociedade para cometer fraudes e abusos, os quais, como dito acima, nem sempre são considerados atos ilícitos propriamente ditos. A forma correta de se alcançar este objetivo é por meio não do reconhecimento da invalidade de toda a sociedade, mas sim por meio da declaração de ineficácia, para certos efeitos, de sua personalidade jurídica, conservando-se, contudo, o ente coletivo absolutamente apto a prosseguir em suas demais atividades (SILVA, 1999).

Quanto a este tema, como acentuado por Humberto Theodoro Júnior, “a aplicação da sanção da ineficácia, e não da invalidade, decorre de uma valoração da lei em torno dos interesses a regulamentar numa prevista conjuntura em que certo negócio jurídico se desenvolve” (2000, p. 17).

Ernesto Lopes Ramos (1999, p. 222) ensina ser o ato constitutivo personificatório

episodicamente ineficaz e relativamente apenas, parte no episódio sobre o qual recai o julgamento sem se questionar, fora do caso concreto, a existência, a validade, ou sequer a eficácia do ato constitutivo societário relativamente a todos os demais.

Elizabeth Cristina Campos Martins de Freitas (2002) bem coloca também que a desconsideração se dá por um defeito de funcionalidade na forma de uma pessoa agir no mundo concreto. Este defeito, assinala, decorre da atividade funcional do indivíduo que praticou o ato reputado como ilegítimo, e não da estrutura do ato jurídico em si.

Rubens Requião (2002, p. 759), ao discorrer sobre a natureza jurídica da desconsideração, defende que o instituto

não visa anular a personalidade jurídica, mas somente objetiva desconsiderar, no caso concreto, dentro de seus limites, a pessoa jurídica, em relação às pessoas ou bens que atrás dela se escondem. É o caso da declaração de ineficácia especial da personalidade jurídica para determinados efeitos, prosseguindo, todavia, incólume para seus outros fins legítimos.

Bruschi (2009), por fim, defende que a forma correta de se interpretar a natureza jurídica da desconsideração é como uma recusa aos efeitos do ato constitutivo societário para um fato pontual (aquele que se discute na desconsideração), mantendo-se o ato constitutivo plenamente válido e eficaz para todo o resto, especialmente em relação àqueles que não tem ligação com o fato o qual deu causa ao pedido de desconsideração.

3.4 ASPECTOS PROCESSUAIS

3.4.1 Desconsideração da personalidade jurídica no CPC/1973

O CPC/1973 era completamente silente quanto ao instituto da desconsideração da personalidade jurídica. Cabia, assim, à doutrina e à jurisprudência definir a forma correta de sua instauração. Existiam duas correntes que divergiam, principalmente, quanto ao momento inicial e quanto à forma correta de aplicação do instituto.

Entendia a primeira corrente ser necessário o ajuizamento de uma nova ação de conhecimento, autônoma e incidental em relação à demanda principal, para a instauração da desconsideração. Somente desta forma seria possível a observância aos princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa em relação aos terceiros os quais se buscava afetar o patrimônio (BRUSCHI, 2009).

O principal defensor desta corrente era o professor Fábio Ulhoa Coelho, para quem “é indispensável a dilação probatória através do meio processual adequado” (COELHO, 2002, p. 55). Em seu entender, era incompreensível que uma decisão interlocutória proferida no curso de uma demanda pudesse prejudicar terceiro que sequer faz parte da relação processual principal.

Compartilhando do mesmo entendimento, Ada Pellegrini Grinover (2005, p. 131 apud BRUSCHI, 2009, p. 84) defendia que a desconsideração da personalidade jurídica “não pode, não ao menos como regra, ser feita por simples despacho no processo de execução”,

conclusão que chegava em decorrência do fato de que o juiz deve observar princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa.

Ainda na mesma linha Fredie Didier Jr. (2007, p. 171) aduzia:

Não se pode, na ânsia por uma efetividade do processo, atropelar garantias processuais conquistadas após séculos de estudos e conquistas. Imaginar a aplicação de uma teoria eminentemente excepcional, que inquina de fraudulenta a conduta deste ou daquele sócio, sem que se lhe dê a oportunidade de defesa — ou somente se lhe permita o contraditório eventual dos embargos à execução, com necessidade da prévia penhora, dos embargos de terceiro ou do recurso de terceiro — é afrontar princípios processuais básicos.

Ora, no entender dessa corrente, não poderia o juiz, por meio de decisão interlocutória proferida em ação movida em face de uma sociedade, desconsiderar a personalidade jurídica desta para declarar a responsabilidade de terceiros, inclusive atingindo bens destes. Tal decisão poderia implicar violação também ao princípio da *nulla executio, sine titulo* (BRUSCHI, 2009), por meio do qual se entende que não deve haver execução sem título que a embase.

Por outro lado, a segunda corrente, na qual se posiciona Bruschi (2009), entendia que o processo deveria ser efetivo e célere, de modo que não se justificaria a suspensão de uma execução, com base na não localização de bens passíveis de penhora de uma sociedade, para que então fosse ajuizada uma demanda contra cada um dos terceiros os quais se desejaria atingir o patrimônio.

Bastaria tão somente a demonstração, no curso do processo movido em face da sociedade, do preenchimento dos requisitos necessários a sua desconsideração para que pudesse se atingir também o patrimônio dos terceiros envolvidos.

No entender desta segunda corrente,

[...] não há que falar em violação do contraditório ao desconsiderar a personalidade jurídica por decisão interlocutória, já que este será postergado para o momento em que o terceiro se revele contra tal pronunciamento judicial. (BRUSCHI, 2009, p. 88).

Entendiam que o processo é apenas o instrumento para a realização e obtenção do direito material. Caso não seja rápido, tornar-se-ia inútil (PINTO, 2002 apud BRUSCHI, 2009). Era neste sentido que lecionava também Humberto Theodoro Júnior (2007, p. 155 apud BRUSCHI, 2009, p. 87):

A visão estática das categorias processuais perde, dia a dia, importância, ao passo que é na visão dinâmica ou funcional que se divisa, com maior intensidade, o verdadeiro papel do processo contemporâneo. A idéia do

devido processo legal evolui a passos largos para a de processo justo, onde os efeitos materiais alcançados é que, de longe, justificam a exegese das normas processuais e minimizam o desgaste de tempo e energia provocado pelas complicadas explicações dogmáticas e conceituais que, geralmente no terreno do processo, muito contribuem para o aprimoramento político e social da prestação jurisdicional.

Exigir dos credores – ou possíveis credores – o ajuizamento de uma ação autônoma em face dos sócios da sociedade a qual se busca a desconsideração, com fundamento na observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, implicaria na ineficácia do direito material pretendido (BRUSCHI, 2009).

Ainda para este mesmo autor, a forma correta de se desconsiderar a personalidade jurídica de uma sociedade seria no bojo da própria execução, sem se exigir do credor o ajuizamento de uma nova ação de conhecimento para esse fim. São três os fundamentos que justificam este posicionamento.

Primeiramente, pontua Bruschi (2009) que o sucesso e a efetividade da medida seriam obstados pela morosidade da declaração a ser obtida após o inteiro trâmite de uma ação de conhecimento. Em segundo lugar, o sócio o qual se visaria atingir o patrimônio não seria incluído na ação como parte, mas tão somente como terceiro interessado. Os bens deste sócio poderiam ser alcançados sem a sua inclusão no polo passivo por previsão dos artigos 592 e 596 do Código de Processo Civil de 1973²⁹. O terceiro e último fundamento que justifica o posicionamento do autor era o de que

[...] o sistema jurídico somente torna necessário o prévio pronunciamento judicial, mediante sentença, nos casos de atos anuláveis, como ocorre, por exemplo, na fraude contra credores prevista no Código Civil, nos arts. 158 usque 165, mas nunca quando se tratar de atos meramente ineficazes. (BRUSCHI, 2009, p. 99).

Tratando-se a desconsideração como reconhecimento de ineficácia relativa da pessoa jurídica, não haveria então – seguindo-se esta linha – razão para o ajuizamento de uma nova ação.

O posicionamento majoritariamente defendido pela jurisprudência à época, quando ainda estava vigente o CPC/1973, foi o mesmo da segunda corrente. Em vários julgados o STJ decidiu pela desnecessidade da propositura de uma ação autônoma para se desconsiderar a

²⁹ Art. 592. Ficam sujeitos a execução os bens: (...) II — do sócio, nos termos da lei; (...). Art. 596. Os bens particulares dos sócios não respondem pelas dívidas da sociedade senão nos casos previstos em lei; o sócio, demandado pelo pagamento da dívida, tem direito de exigir que sejam primeiro executados os bens da sociedade.

personalidade jurídica de uma sociedade, desde que fossem preenchidos os requisitos legais para tanto³⁰.

3.4.2 Desconsideração da personalidade jurídica no CPC/2015

O legislador, atento à discussão processual relacionada à desconsideração da personalidade jurídica travada pela doutrina e jurisprudência, dedicou um capítulo exclusivo no CPC/2015 para tratar do instituto. Assim o fez pelos artigos 133 a 137 do referido diploma (Capítulo IV – Do incidente da desconsideração da personalidade jurídica, Título III – Da intervenção de terceiros, Livro III – Dos sujeitos do processo).

Com a edição do novo Código, encerraram-se discussões como a da necessidade ou não da propositura de nova ação com o fim exclusivo de atingir o patrimônio pessoal de sócios de determinada pessoa jurídica, por exemplo. Isso porque o artigo 133 do CPC/2015 é bastante claro ao prever que “o incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo”.

Em uma primeira leitura, duas são as conclusões que se extrai deste dispositivo. Primeiramente, resta claro que a desconsideração poderá se dar por meio de instauração de incidente, não se exigindo a propositura de uma ação específica para tanto. Em segundo lugar, vê-se que o legislador também fez questão de deixar claro que o incidente não será instaurado de ofício pelo magistrado. Apenas a parte interessada, ou ainda o Ministério Público deterá legitimidade para requerer a sua instauração.

O legislador escolheu a expressão “parte” ao invés de credor, autor ou exequente porque a própria sociedade, enquanto ré ou executada, também pode fazer se valer do instituto da desconsideração. À primeira vista, pode-se pensar que não existe nenhum benefício no requerimento de desconsideração de personalidade jurídica pela própria sociedade, mas, assim o fazendo, poderá a pessoa jurídica atingir bens de ex-sócios ou ex-administradores que dilapidaram proposital ou fraudulentamente ativos societários.

Quanto à atuação do Ministério Público, entende-se que terá legitimidade para requerer a desconsideração apenas quando atuar em defesa de direito coletivo, ou seja, como

³⁰ REsp 1.326.201/RJ, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 07/05/2013, DJe 16/05/2013; REsp 1.200.850/SP, Rel. Ministro Massami Uyeda, Terceira Turma, julgado em 04/11/2010, DJe 22/11/2010; AgRg no AREsp 636.704/MG, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 25/08/2015, DJe 02/09/2015; REsp 1180191/RJ, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 05/04/2011, DJe 09/06/2011.

substituto legal expressamente previsto em lei, pois somente nesta hipótese será titular do direito da ação. Por consequência, não teria legitimidade para tanto quando atua como mero fiscal da lei. Sobre este ponto, Vieira (2017, p. 117):

Em outras palavras, aquele que tiver reconhecimento na demanda principal o direito relativo a uma obrigação de prestar, em regra, terá legitimidade para propor a demanda incidental de desconconsideração. Esse ponto é importante para delimitar a atuação do Ministério Público apenas às hipóteses em que ele detiver o direito de ação na demanda principal e não quando ele atuar como fiscal da lei (custus legis).

Compartilha deste mesmo entendimento, ainda, Daniel Amorim Assumpção Neves (2016).

Seguindo, o artigo 134 do CPC/2015 bem coloca que a desconconsideração será cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial. O parágrafo segundo deste artigo prevê inclusive a possibilidade de ser pleiteada na petição inicial, ou seja, antes mesmo do título executivo ser formado, o interessado, já visando possível insolvência da sociedade ré ou executada, poderá se precaver pugnando pela desconconsideração da personalidade jurídica desta.

Os artigos seguintes que tratam do instituto em estudo, em razão de seu teor, serão tratados no tópico abaixo, a fim de que melhor se possa estruturar o presente trabalho, considerando-se que se defende a ideia de que a desconconsideração se assemelha muito mais a uma demanda incidental do que a um incidente processual propriamente dito.

3.4.3 Caracterização do instituto da desconconsideração da personalidade jurídica como demanda incidental

O legislador processualista, no CPC/2015, todas as vezes as quais se referiu ao instituto da desconconsideração de personalidade jurídica o fez por meio do termo “incidente”. Em momento algum utilizou o termo demanda, muito embora, como se demonstrará a seguir, a desconconsideração se assemelhe muito mais a uma demanda incidental do que a um mero incidente processual.

Como já exposto em tópico anterior (3.4.3.1), um incidente processual pode ser caracterizado como um procedimento menor, vinculado ao principal, em que se pratica ato ou série de atos com a finalidade de se solucionar questão sem a qual não é possível o prosseguimento do processo em que o incidente teve origem; isso sem que seja formada nova relação jurídica processual (VIEIRA, 2017).

No procedimento da desconsideração, contudo, além de se ampliar o objeto litigioso do processo, acrescentando-se um novo pedido (aplicação da sanção da desconsideração da personalidade jurídica), também se traz ao processo um novo sujeito. O interessado, ao fazer um pedido de desconsideração da personalidade jurídica, está verdadeiramente ajuizando uma nova demanda contra alguém. Devem, portanto, ser observados os pressupostos do instrumento da demanda (DIDIER, 2015).

Nesta linha, fica bastante evidente que a desconsideração é muito mais do que um mero incidente processual. Prova maior disso é o fato de que pode ser ajuizada uma ação unicamente com esse fim (requerimento de desconsideração); basta que seja proposta contra aquele a quem se imputa a prática de uso abusivo ou fraudulento da personalidade jurídica e em cujo patrimônio pretende se buscar a responsabilidade patrimonial (DIDIER, 2015).

Vieira (2017), discorrendo sobre esta temática, afirma entender que na desconsideração não se discute meramente acontecimentos do mesmo processo, vez que se forma uma nova e ampliada (subjéctiva e objectivamente) relação jurídico processual, mediante inclusive a citação de terceiros.

Sem embargos, independentemente da forma com que seja denominada, o mais importante é que a desconsideração não tenha os seus efeitos processuais decorrentes indevidamente limitados por ser chamada de incidente.

Vieira (2017, p. 93) afirma que a nomenclatura

[...] toma aspecto secundário, pois além de não alterar a essência do instituto, sua natureza jurídica é determinada pelo respectivo conteúdo, de forma que, uma vez instaurado o incidente de desconsideração, o importante é que sejam respeitadas as garantias processuais aos litigantes.

Também neste toar, Flávio Luiz Yarshell (2015, p. 232) aduz que

[...] o carácter incidental reconhecido pela lei, contudo, não limita o tema da desconsideração a simples questão (ponto de fato e, no caso, de direito controvertido) acerca da extensão da responsabilidade patrimonial, ainda que, realmente, esse tema esteja atrelado ao julgamento do objeto do processo em que a desconsideração é requerida.

Seguindo, o artigo 135 do CPC/2015 determina que “instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias”. O objetivo do legislador, ao redigir este dispositivo, foi o de encerrar a discussão doutrinária quanto à existência ou não de violação a princípios constitucionais, especialmente o do contraditório e o da ampla defesa, em caso de proferimento de decisões que desconsiderassem a personalidade jurídica da sociedade antes de prévio pronunciamento

dos sócios prejudicados (VIEIRA, 2017). A forma com que isso foi concretizado se deu por meio da previsão de um procedimento com amplitude probatória muito maior do que aquela possível em um cumprimento de sentença ou em um processo de execução.

Ora, trata-se, verdadeiramente, de uma demanda à parte, inclusive envolvendo-se terceiros (aqueles os quais se busca atingir o patrimônio com a desconsideração). Não deve existir, por isso, qualquer tipo de óbice ao exercício de direito de defesa. O contraditório deve ser amplo, sem limitações quanto ao caso *in concreto*. Sendo o contraditório o mais amplo possível, poderá compreender as mais variadas discussões, sejam elas de fato ou de direito, desde que resguardadas as coerências lógicas (MAZZEI, 2012).

O entendimento destes pontos é de fundamental importância para a discussão quanto à fixação de honorários no incidente de desconsideração. É inegável que este instituto tem caráter de ação. Ressalta-se que isso não significa, contudo, que a desconsideração deva ser requerida em uma ação de conhecimento autônoma e dependente à ação principal (seja ela uma ação de conhecimento, um cumprimento de sentença ou uma execução), até mesmo porque essa discussão já está mais do que ultrapassada, considerando-se a inovadora regulação trazida pelo CPC/2015.

Ora, o ato processual de demandar não necessariamente está restrito àquele que inaugura o processo. Via de regra, não se permite às partes que proponham novas demandas ou promovam o alargamento daquela inicialmente proposta (DINAMARCO, 2005). Nada obstante, existem atos praticados pelas partes, com o processo já em curso, que podem assumir caráter de demanda. Para tanto, devem ter a pretensão de ampliar o objeto litigioso do processo (VIEIRA, 2017).

Como pontuado por Marcelo Pacheco Machado (2015, p. 33):

Tem-se, nessas condições, que a demanda pode ser apresentada em dois momentos distintos: (a) para estabelecer originariamente o objeto litigioso de um processo, para inaugurá-lo; ou ainda, (b) alterar (ampliar) o objeto litigioso de um processo pendente.

Neste sentido, Heitor Victor Mendonça Sica (2013 apud VIEIRA, 2017) traz como exemplos de demandas iniciadas no curso de um processo: a reconvenção, a declaratória incidental (quando da vigência do CPC/1973) e a denunciação da lide promovida pelo réu. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica também pode ser considerado uma dessas demandas. O entender de Dinamarco (2009) não é diferente, uma vez que, para esse autor, quando uma nova pretensão é trazida por qualquer das partes para apreciação do juiz, trata-se verdadeiramente de uma nova demanda ulterior.

Veja-se, os elementos essenciais de uma ação são (i) as partes, (ii) a causa de pedir e (iii) o pedido (BONDIOLI, 2009 apud VIEIRA, 2017). O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica reúne estes três elementos. O polo ativo será formado por aquele que requereu a sua instauração, enquanto que o passivo por aquele(s) o(s) qual(ais) se busca atingir com a desconconsideração. A causa de pedir será o fundamento do requerimento, ou seja, a alegação do preenchimento dos requisitos previstos em lei. O pedido, por fim, será o da desconconsideração em si, visando-se alcançar o patrimônio também dos sócios ou administradores da sociedade que agiram de forma contrária aos fins da sociedade ou em fraude ou confusão patrimonial.

Vieira (2017, p. 102-103), em três curtos parágrafos, muito bem resume este ponto sobre os elementos essenciais da demanda no incidente de desconconsideração:

A petição do “incidente de desconconsideração” deve indicar os sócios (ou a sociedade na hipótese inversa – CPC/15, art. 153, §2), contra quem será deduzido o pedido de desconconsideração. A leitura do art. 153 também deixa claro que aos demandados no “incidente” será facultado o oferecimento de defesa no prazo de 15 dias. a identificação das partes, mais do que necessário, é providência indispensável para dar correto cumprimento ao §1º do art. 134.

A causa de pedir também pode ser identificada no “incidente de desconconsideração” uma vez que o §4º do art. 134 exige que “o requerimento deve demonstrar o preenchimento dos pressupostos legais específicos para desconconsideração da personalidade jurídica”, representados, evidentemente, pelos parâmetros oferecidos pelo direito material que autorizam “a responsabilização de pessoas naturais por atos praticados por pessoas jurídicas”.

O pedido, da mesma forma, pode ser identificado, até porque, é o próprio legislador que prevê no §1º do art. 133, quando diz que “o pedido de desconconsideração da personalidade jurídica observará os pressupostos previstos em lei” (CPC/15, art. 319 e ss), que constituirá em pedido para reconhecer os requisitos ensejadores para desconsiderar determinada personalidade jurídica societária. Desse reconhecimento que será possível atribuir responsabilidade ao sócio pelas obrigações constantes no título executivo em face da sociedade da qual faz parte (ou fez, mas continua responsável, CC, art. 1.003, parágrafo unico). É esse mesmo pedido que, uma vez acolhido, poderá dar ensejo à ocorrência de fraude à execução (CPC/15, art. 137).

Ou seja, o que existe de fato é a prestação de atividade jurisdicional desenvolvida em procedimento próprio e incidental (BUENO, 2015). É submetido à apreciação do judiciário um novo e adicional pedido, com nova causa de pedir. O incidente de desconconsideração amplia o objeto de cognição jurisdicional tal como ocorre na reconvenção, por exemplo (VIEIRA, 2017).

Em que pese seja denominada incidente, a desconconsideração é, na verdade, uma verdadeira ação, ao menos em relação àqueles os quais não fazem parte da ação principal e os quais se busca atingir o patrimônio. Nas palavras de Flávio Luiz Yarshell (2015, p. 231):

De forma análoga ao que se passa na denúncia da lide, a pretensão de desconconsideração dirigida ao terceiro envolve exercício do direito de ação. Não se trata de ação executiva na tradicional dimensão em que, com base em título, imputa-se ao demandado a qualidade de devedor e, portanto, de responsável patrimonial. Contudo, ainda que a responsabilidade patrimonial esteja excepcionalmente dissociada do débito, o que pretende o demandante é o que os meios executivos recaiam sobre o patrimônio de determinada pessoa. Justamente por isso é que se dá a essa última oportunidade de defesa.

Sendo assim, tratando-se o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica de verdadeira demanda, deve estar condicionada aos mesmos pressupostos das demais demandas (VIEIRA, 2017). O simples fato de tramitar em autos apartados não lhe retira essa natureza.

Em suma ao que foi dito até agora neste tópico, Vieira (2017, p. 107) aduz que

[...] o ‘incidente de desconconsideração da personalidade jurídica’ proposto pelo Novo Código de Processo Civil compreende nova demanda, fruto de pretensão processual voluntariamente deduzida com o propósito de ampliar o objeto litigioso do processo em curso, passível de configurar pedido de tutela jurisdicional, cuja solução de mérito deve ser acobertada pelos efeitos da coisa julgada.

Outro importante ponto que demonstra a natureza de demanda do incidente de desconconsideração é extraído da leitura do próprio *caput* do artigo 135 do Código de Processo Civil, o qual dispõe que o sócio ou a sociedade será citado, e não apenas intimado. Ora, é através do ato processual denominado citação que a parte recebe ciência da demanda proposta em seu desfavor, tornando-se parte do processo (DINAMARCO, 2009). Importante que se diga, contudo, que o sócio ou a sociedade citada fará parte, ao menos em um primeiro momento, tão somente do polo passivo do incidente de desconconsideração. Será incluído como parte na demanda principal apenas se for desconconsiderada a personalidade jurídica da sociedade atacada.

Inclusive é neste sentido a previsão do artigo 199 do Anteprojeto do Novo Código Comercial, o qual está assim redigido: “Decretada a desconconsideração da personalidade jurídica, deve ser incluído no processo o nome do sócio, administrador ou da pessoa, natural ou jurídica, a quem se imputar responsabilidade”. Em outras palavras, a condição de parte na demanda principal “somente deve ser atribuída a partir do momento em que for ‘decretada a desconconsideração’, não em momento anterior quando ainda se discute a legitimidade para

incluir a pessoa atingida” (VIEIRA, 2017, p. 126). Trata-se, efetivamente, de um litisconsórcio passivo facultativo ulterior.

Ou seja, a leitura mais acertada que se faz do artigo 135 do CPC/2015 é a de que o sócio ou a sociedade o qual se busca a afetação do patrimônio será citado para figurar como parte apenas do incidente de desconconsideração.

Ainda, outro ponto importante a se destacar que converge com a ideia de que o instituto de desconconsideração é muito mais do que um mero incidente processual é o de que a petição que o instrumentaliza deve observar os mesmos requisitos formais da petição inicial, inclusive sendo instruída com todos os documentos indispensáveis. Nesse sentido,

[...] a petição inicial deverá individualizar o objeto da investigação, cabendo ao requerente mencionar: (a) o juiz ou tribunal, a qual é dirigida; (b) a qualificação das partes; (c) os fatos e fundamentos do pedido; (d) o pedido e suas especificações; (e) as provas que pretende produzir; (f) a opção por audiência de conciliação; e (g) o pedido de citação do réu (CPC/15, art. 135). Há, portanto, apenas a exclusão do inc. V do art. 320, uma vez que não há exigência em se atribuir valor à causa. Para efeitos práticos, e tal como ocorre com os embargos do devedor, poderá ser adotado como parâmetro o valor da demanda principal se e quando o critério se mostrar necessário. (VIEIRA, 2017, 149-150).

Como já exposto anteriormente, quando da vigência do CPC/1973, diante da inexistência de qualquer dispositivo regulatório do procedimento da desconconsideração, existia uma discussão doutrinária a respeito da necessidade ou não de cientificação daqueles os quais se buscava atingir com o pedido, considerando-se os princípios da ampla defesa e do contraditório. O entendimento que prevalecia na jurisprudência era o de que essa prévia cientificação não era necessária, postergando-se, assim, o momento de defesa do sócio ou da sociedade atingida. A lógica era a de que a observância dos regramentos de um processo de conhecimento, tão somente para se descobrir se houve fraude, confusão patrimonial ou desvio das finalidades da empresa poderia inviabilizar a repressão.

Com a vigência do CPC/2015, se preenchidos todos os requisitos da petição que deu início ao incidente da desconconsideração, o juiz determinará a citação do sócio ou da sociedade o qual se busca afetar, como manda o artigo 135 do diploma. O artigo seguinte, em continuidade, estabelece: “concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por decisão interlocutória”.

Tal previsão converge fielmente com o disposto no artigo 1.015 do mesmo diploma, que classifica a decisão que versa sobre o incidente de desconconsideração como uma decisão interlocutória (inciso IV), sendo passível de ataque, portanto, por agravo de instrumento.

Trata-se, verdadeiramente, de uma decisão interlocutória de julgamento parcial de mérito – também chamada por alguns doutrinadores de sentença parcial (tal modalidade de decisão, inimaginável quando da edição do CPC/1973, já foi esmiuçada no ponto 3.4.1 deste trabalho).

Reforçanco esta ideia, Vieira (2017, p. 179) aduz que

[...] a decisão de mérito que é proferida na demanda incidental de desconconsideração se aproxima mais do conceito de sentença estabelecido pelo CPC/15 (art. 203, §1º). Ela será um pronunciamento que apreciará a matéria posta em julgamento com apoio nos arts. 485 e 487, tanto na hipótese que acolher ou rejeitar no mérito o pedido de desconconsideração, como nas hipóteses em que reconhecer a configuração das matérias tipificadas no art. 487. Para também colocá-la mais próxima do conceito de sentença, topologicamente, a decisão da demanda incidental colocará fim tanto à fase cognitiva como ao próprio processo incidente.

Nada obstante, a decisão final da demanda incidental de desconconsideração, apesar de pôr termo a um procedimento cognitivo e resolver o pedido (apreciando o mérito), não coloca fim a uma fase do processo de conhecimento e, por isso, configura uma decisão interlocutória de mérito.

Ora, por tudo que já foi exposto neste capítulo, não poderia se alcançar conclusão diferente. Discorreu-se que a desconconsideração configura um novo pedido, com nova causa de pedir, inclusive em face de sujeito estranho à demanda principal. Assim, não poderia a decisão que o julga, ser outra senão uma interlocutória de julgamento parcial de mérito. Cabe então, agora, discorrer sobre as consequências processuais desta decisão.

3.4.4 Consequências processuais da decisão que julga o incidente de desconconsideração

Encerrada a instrução processual do incidente, o pedido de desconconsideração da personalidade jurídica será julgado. Por tratar de conteúdo meritório, a natureza jurídica da decisão que o julga é de decisão interlocutória de julgamento parcial de mérito, também denominada por alguns autores como sentença partical. Em caso de acolhimento do pedido, o terceiro atingido pela desconconsideração (réu no incidente) será incluído no polo passivo também da demanda principal. Por outro lado, caso o pedido de desconconsideração não seja acolhido, o incidente será extinto e, por óbvio, o terceiro não será incluído no polo passivo da demanda principal.

A questão a qual norteou a elaboração deste trabalho é se poderá ou não o juiz arbitrar honorários de sucumbência em desfavor do vencido quando do proferimento da decisão que julga o incidente de desconconsideração.

Para respondê-la, inicialmente se discorreu sobre o surgimento, a evolução e sobre os princípios basilares dos honorários sucumbenciais, em especial sobre o princípio da causalidade, segundo o qual aquele que deu causa à instauração da lide deverá acarcar com os respectivos ônus de sucumbência. Posteriormente, expôs-se que não apenas na sentença da fase cognitiva o juiz poderá arbitrar honorários. Muito pelo contrário. Estes poderão ser arbitrados também em sede recursal, na fase executiva ou mesmo com o processo ainda em trâmite no primeiro grau, em tópico específico de decisão interlocutória de julgamento parcial de mérito.

Ora, sendo a decisão que julga o pedido de desconconsideração uma interlocutória de julgamento parcial e, havendo uma parte vencida, não há qualquer óbice para que o magistrado arbitre os respectivos honorários de sucumbência em favor do advogado do vencedor. É inclusive é dever do juiz proceder desta forma, conforme discorre Vieira (2017, p. 183):

[...] uma vez citado o réu, ele irá constituir advogado, ingressar no feito, e, exemplificativamente, apresentar defesa para demonstrar a inexistência de atos de confusão patrimonial que justificariam a inaplicabilidade do instituto ao caso concreto. Há uma decorrência lógica de que o autor, que propôs a demanda, caso derrotado, remunerar as custas e os honorários advocatícios ao réu (e vice-versa).

Como já trabalhado no capítulo anterior desta obra, é errônea a interpretação pura, literal e restritiva do artigo 85 do Código de Processo Civil, o qual dispõe que *a sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor*. Também em decisões interlocutórias de julgamento parcial se deve condenar o vencido ao pagamento dos ônus sucumbenciais, na exata proporção da sucumbência.

Convergem neste ponto, ainda, Letícia Arenal e Silva e Marcelo Chiavassa de Mello Paula Lima (2015, p. 218-219):

Ademais, não se trata de mero incidente processual (aqui entendido como defesa endoprocessual), mas de formação de nova relação jurídica processual, sendo necessária, inclusive, a citação dos requeridos para que apresentem defesa e produzam as provas que entenderem convenientes, o que corrobora e reforça a tese de que o não acolhimento do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica acarretará no pagamento dos ônus sucumbenciais (despesas e honorários de sucumbência) pela parte que o requereu.

Outra questão que pode vir a surgir é em relação ao momento em que devem ser arbitrados os honorários referentes ao trabalho exercido pelos patronos das partes no incidente de desconconsideração: se no próprio julgamento do pedido de desconconsideração ou então apenas

no julgamento final da demanda principal. Não parece, contudo, nem um pouco razoável que a parte vencedora no incidente tenha que aguardar todo o trâmite da demanda principal para então ter em seu favor decisão em relação às custas e aos honorários. Da mesma forma que se permite o julgamento parcial do mérito por meio de decisão interlocutória, permite-se também a fixação parcial dos honorários.

Ora, pense-se em um caso em que um exequente, no curso de um processo de execução, propõe um incidente de desconconsideração da personalidade jurídica em face da sociedade executada, a fim de alcançar o patrimônio de um de seus sócios. Este sócio será citado para integrar a demanda do incidente de desconconsideração, contratará advogado para apresentar uma defesa e também participará de toda a instrução processual. Ao final, o pedido no incidente será julgado por meio de decisão interlocutória. Em caso de indeferimento, por exemplo, parece razoável que o sócio e o seu patrono tenham que aguardar o julgamento do processo de execução – o qual pode levar incontáveis anos e do qual sequer fazem parte – para que tenham direito ao recebimento dos ônus de sucumbência referentes ao incidente? Evidentemente que não. E nem poderia a resposta ser diferente, até mesmo pelo fato de que a decisão que acolhe a defesa de litisconsorte ou terceiro interveniente (lembre-se que o incidente de desconconsideração é uma espécie de intervenção de terceiros), excluindo-o do processo, condena o vencido ao pagamento dos ônus sucumbenciais.

Este é o entendimento de Bueno (2017, p. 585) acerca desta temática:

Não deve impressionar, nesse caso, os textos dos capi dos arts. 82 e 85, que dão a entender que a fixação da responsabilidade pelas despesas e pelos honorários, respectivamente, é atividade restrita à sentença. É que, a despeito de a desconconsideração desenvolver-se e resolver-se incidentalmente, a decisão a ser proferida nele é equiparada a uma sentença que cria uma nova realidade jurídica, relativa à desconconsideração. Na mesma proporção em que o CPC 2015 enaltece o contraditório que prepara o proferimento daquela decisão com a prévia (e inafastável) citação nos moldes do art. 135, mostra-se coerente entender que a decisão também importará ao sucumbente a responsabilidade pelas despesas e pelos honorários. Ainda que se trata de decisão interlocutória que resolve incidente ao longo do processo.

Especificamente quanto ao posicionamento da jurisprudência sobre o tema, diante da falta de uniformização e da consequente pluralidade de entendimentos, o que acarreta uma grande insegurança jurídica aos jurisdicionados, dedicar-se-á um tópico específico para a sua análise.

3.4.5 Jurisprudência acerca do arbitramento de honorários sucumbenciais na decisão que julga o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica

Na vigência do CPC/1973, não havia uma discussão efervescida sobre o tema referente aos honorários sucumbenciais na decisão que julgava o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica. Isso porque, como sequer havia uma regulação processual a respeito deste instituto, ora era processado em apartado, ora era processado nos próprios autos do processo principal. Além disso, ainda prevalecia o princípio da unicidade da sentença, de modo que somente em raríssimas exceções se permitia o arbitramento de honorários sucumbenciais senão na decisão final da lide, como no caso de acolhimento de tese de ilegitimidade passiva de um dos réus, seguindo-se o processo em face de outro. Os poucos julgados que enfrentavam o assunto ainda pontuavam outro obstáculo ao arbitramento de honorários em decisões desta natureza – muito embora esteja este obstáculo estritamente relacionado aos anteriores: o descabimento de condenação ao pagamento de honorários advocatícios em *mero incidente processual*³¹.

Já na vigência do CPC/2015, diante da recenticidade desse diploma, o Superior Tribunal de Justiça, até a data da conclusão deste trabalho, ainda não havia se manifestado expressamente acerca do arbitramento de honorários na decisão que julga o incidente de desconconsideração, o que acaba por acarretar, como já adiantado ao final do tópico anterior (4.4.4), uma grande insegurança jurídica, na medida em que estão sendo proferidas decisões em todos os sentidos, seja pela possibilidade de fixação de honorários nestes casos, seja pela impossibilidade, pelos mais diversos fundamentos.

Maior prova disso é o Tribunal de Justiça de São Paulo ter prolatado dois acórdãos, no mesmo dia e tratando exatamente da mesma questão (cabimento de fixação de honorários em incidente de desconconsideração da personalidade jurídica), com resultados completamente opostos entre si. Pede-se licença ao leitor para a citação na íntegra da ementa dos dois

³¹ Agravo de instrumento. Monitória em fase de cumprimento de sentença. Desconconsideração da personalidade jurídica da empresa devedora em razão da inexistência de bens penhoráveis que satisfaçam o valor exequendo e alteração de endereço da empresa executada. (...). Pleito do agravante de desconconsideração da personalidade jurídica da executada agravada indeferido, com condenação do credor ao pagamento de eventuais despesas processuais e honorários advocatícios da patrona da sócia da empresa executada. Descabimento. Mero incidente processual, sendo incabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios. Recurso parcialmente provido para afastar a verba sucumbencial fixada. (TJSP; Agravo de Instrumento 2125339-47.2014.8.26.0000; Relator (a): Jacob Valente; Órgão Julgador: 12ª Câmara de Direito Privado; Foro de Pindamonhangaba - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 02/10/2014; Data de Registro: 02/10/2014)

acórdãos, mas a leitura destes demonstra a total falta de uniformidade jurisprudencial acerca do tema. Veja-se:

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica – Citação dos sócios para apresentação de impugnação – Necessidade de contratação de advogado – Incidente rejeitado — Rol do artigo 85, §1º, do CPC/2015 que não é exaustivo – Princípio da causalidade - Fixação de honorários - Necessidade: – A fixação de honorários advocatícios não esta condicionada à previsão expressa no rol do artigo 85, § 1º, do CPC/2015, sendo cabível, em observância ao princípio da causalidade, na hipótese de incidente de desconconsideração da personalidade jurídica rejeitado, em que os sócios foram compelidos a contratar advogado para defendê-los em juízo. RECURSO PROVIDO. (TJSP; Agravo de Instrumento 2137940-80.2017.8.26.0000; Relator (a): Nelson Jorge Júnior; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Privado; Foro de Cerquillo - Vara Única; Data do Julgamento: 08/05/2018; Data de Registro: 08/05/2018).

INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA – FIXAÇÃO DE VERBA HONORÁRIA – DESCABIMENTO – INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. (TJSP; Agravo de Instrumento 2048230-15.2018.8.26.0000; Relator (a): Giffoni Ferreira; Órgão Julgador: 2ª Câmara de Direito Privado; Foro de São Carlos - 3ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 08/05/2018; Data de Registro: 08/05/2018).

As Câmaras que entendem pela possibilidade de fixação de honorários no incidente de desconconsideração o fazem pelos mais diversos fundamentos. Seja pelo princípio da causalidade³², seja pelo reconhecimento da natureza jurídica de ação que assume o incidente de desconconsideração³³.

Por sua vez, as Câmaras que entendem pela impossibilidade, o fazem, em suma, por um mesmo fundamento: ausência de previsão legal para tanto, considerando-se a alegada taxatividade do rol do parágrafo primeiro do artigo 85 do CPC/2015, que prevê algumas situações em que são cabíveis honorários de sucumbência³⁴.

³² “Rejeitada a defesa e deferida a desconconsideração, é imperiosa a condenação da parte vencida às verbas sucumbenciais, pelo princípio da causalidade”. TJSP; Agravo de Instrumento 2029249-35.2018.8.26.0000; Relator (a): Carlos Dias Motta; Órgão Julgador: 29ª Câmara de Direito Privado; Foro de Limeira - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 23/05/2018; Data de Registro: 25/05/2018

³³ INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. Nulidade da decisão agravada. Inocorrência. Fixação de honorários de sucumbência. Possibilidade. Incidente que possui natureza jurídica de ação. Princípio da causalidade. Decisão mantida. Recurso não provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2101518-72.2018.8.26.0000; Relator (a): Tasso Duarte de Melo; Órgão Julgador: 12ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santos - 12ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 06/06/2018; Data de Registro: 06/06/2018).

³⁴ Agravo de instrumento. Título extrajudicial. Embargos à execução. Desconconsideração da personalidade jurídica rejeitada. Pedido de fixação de verba honorária de sucumbência. Mero incidente processual. Exegese do artigo 85 e seu parágrafo 1º do CPC/2015. Rol taxativo. A decisão de rejeição de incidente de desconconsideração de personalidade jurídica não enseja o pagamento de honorários advocatícios, por ausência de previsão legal.

Expõe-se também que esta falta de uniformidade acerca do tema não é exclusiva do Tribunal de Justiça de São Paulo. Também outros Tribunais de grandes centros, como o do Rio de Janeiro³⁵, de Minas Gerais³⁶ e do Rio Grande do Sul³⁷, por exemplo, apresentam este mesmo problema. Por vezes decidem pela possibilidade de condenação em honorários quando do julgamento do incidente de desconconsideração, por vezes pela impossibilidade.

Certo é que, ao menos até que o Superior Tribunal de Justiça se posicione, decisões em sentido completamente opostos sobre o tema continuarão a ser proferidas, visto que o legislador processualista deu margem a diferentes interpretações por não ter sido preciso na redação do parágrafo primeiro do artigo 85, tampouco por não ter assentado uma resposta no capítulo do diploma referente ao incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.

Decisão mantida. Recurso desprovido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2054029-39.2018.8.26.0000; Relator (a): Desembargador Pedro Kodama; Órgão Julgador: 37ª Câmara de Direito Privado; Foro de São Carlos - 3ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 08/05/2018; Data de Registro: 09/05/2018); INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA. Pretensão do exequente indeferida. Ausência de arbitramento de honorários advocatícios. Adequação. Inexistência de previsão legal. Inteligência do § 1º do art. 85 do novo CPC - Recurso não provido. (TJSP; Agravo de Instrumento nº 2028374-02.2017.8.26.0000, Relator Desembargador Paulo Pastore Filho, 17ª Câmara de Direito Privado, j. 20/07/2017).

³⁵ “(...)Todavia, a condenação em honoráriosadvocatícios no referido incidente processual não se mostra cabível, eis que não se está diante de ação autônoma, mas sim de mero incidente (...)” (TJRJ; Agravo de Instrumento nº 0056650-72.2017.8.19.0000; Relator(a): Desembargadora Conceição Aparecida Mousnier Teixeira de Guimarães Pena; Órgão Julgador: 20ª Câmara Cível; Data do julgamento: 07/03/2018); “(...) CONDUTA ABUSIVA DAS EMPRESAS AGRAVADAS FOI O QUE ENSEJOU A INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE, ORIENTADOR DA FIXAÇÃO DA SUCUMBÊNCIA (...)” (TJRJ; Agravo de Instrumento nº 0059786-77.2017.8.19.0000; Relator(a): Desembargador Gabriel de Oliveira Zefiro; Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível; Data do julgamento: 07/03/2018).

³⁶ “(...)DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA INVERSA (...)Não é possível a condenação em honorários advocatícios caso a impugnação seja rejeitada, uma vez que, neste caso, o cumprimento de sentença terá seu prosseguimento normal (...)” (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0647.08.087549-3/003, Relator(a): Des.(a) Pedro Aleixo, 16ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 23/05/2018, publicação da súmula em 04/06/2018); (...) Em regra, não há fixação da verba honorária em recursos de Agravo de Instrumento, salvo quando interpostos contra sentença parcial, exclusão de litisconsorte, acolhimento de exceção de pré-executividade e julgamento de incidente de desconconsideração da personalidade jurídica (...) (TJMG – Agravo Interno-Cv 1.0701.95.001894-8/009, Relator(a): Des.(a) Alberto Diniz Junior, julgamento em 26/04/2018, publicação da súmula em 25/05/2018).

³⁷ (...) em se tratando de decisão que resolve o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, não há previsão de cabimento de honorários advocatícios, impondo-se a reforma da decisão agravada quanto ao particular (...). (TJRS; Agravo de Instrumento Nº 70077125433, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 10/05/2018; Publicado em 14/05/2018); AGRAVO DE INSTRUMENTO. INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO PERSONALIDADE JURÍDICA (...) houve lide e amplo debate acerca dos fatos, modo pelo qual os honorários advocatícios são cabíveis diante do princípio da causalidade e da sucumbência. Possibilidade de fixação de honorários advocatícios (...) (TJRS; Agravo de Instrumento Nº 70075817064, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo João Lima Costa, Julgado em 22/02/2018; Publicado em 22/02/2018).

4 CONCLUSÃO

Discorreu-se neste trabalho, inicialmente, sobre o surgimento e evolução histórica dos honorários de sucumbência, sobre os fundamentais princípios a eles inerentes e também sobre o seu regramento no CPC/2015, com ênfase em alguma das principais inovações trazidas por este novo diploma.

Em um segundo momento, demonstrou-se que o juiz pode arbitrar verbas sucumbenciais em favor dos patronos das partes também em outras decisões senão na sentença propriamente dita, como na decisão que julga pedido reconvinte, em decisões proferidas no curso de cumprimentos de sentença e em processos de execução, em decisões que julgam recursos, e, em especial, em decisões interlocutórias de julgamento parcial de mérito, também chamadas de sentenças parciais. No mesmo capítulo em que tais pontos foram tratados, versou-se ainda sobre a discussão acerca da possibilidade ou não de o juiz arbitrar honorários quando do julgamento de pedidos de tutelas provisórias – especialmente as de caráter antecedente – e também quando do julgamento de incidentes processuais.

Após esta análise mais abrangente, essencial para o deslinde do terceiro capítulo do desenvolvimento desta monografia, focou-se o estudo especificamente no instituto de desconsideração da personalidade jurídica. Dedicaram-se, então, algumas palavras para conceituá-lo e expor o seu objetivo, além de sua origem de ordem jurisprudencial. Seguindo-se, com a exposição de sua natureza jurídica e de seus aspectos processuais, especialmente aqueles inovadores trazidos pelo CPC/2015, verificou-se que a desconsideração não é um mero incidente processual, como possa parecer indicar a leitura dos dispositivos que o tratam no *codex*. Por ampliar o objeto litigioso (novo pedido e nova causa de pedir) e também por trazer à demanda novo ou novos sujeitos (terceiros os quais se busca afetar o patrimônio), extraiu-se que a desconsideração é, em bem verdade, uma autêntica demanda incidental.

Uma das consequências processuais decorrentes desta caracterização do instituto da desconsideração da personalidade jurídica como demanda incidental é a possibilidade de o juiz arbitrar honorários de sucumbência quando do proferimento da decisão que o julga.

Esta conclusão de que o juiz pode arbitrar verba honorária ao julgar o pedido de desconsideração converge ainda com os princípios tratados no início deste trabalho, em especial o da sucumbência e o da causalidade. Inclusive é fundamentado nestes que muitos magistrados, conforme julgados citados nesta monografia, decidem de tal forma.

Sem embargos, principalmente por esta questão ainda não ter sido abordada de maneira expressa pelo STJ, de modo que os juízes de primeiro e segundo grau pudessem

seguir o mesmo norte daquele adotado pelo Tribunal Superior, muitas decisões, conforme julgados também citados nesta monografia, são proferidas no sentido da impossibilidade de arbitramento de honorários nestes casos, pelo simples argumento de ausência de previsão legal expressa para tanto, ou, ainda pela simplória justificação de que honorários não são cabíveis quando do julgamento de meros incidentes processuais, ignorando-se completamente o nítido caráter de demanda que assume o instituto da desconsideração, inimaginável em um incidente processual propriamente dito.

É bastante provável que a falta de uniformização da jurisprudência acerca desta temática – a qual é ocasionada pela errônea interpretação de que o legislador previu um rol taxativo de todas as situações em que seria cabível o arbitramento de honorários (§ 1º do art. 85 do CPC/2015), aliada à ausência de qualquer menção a verbas honorárias no capítulo referente ao instituto da desconsideração da personalidade jurídica (arts. 133 a 137 do CPC/2015) – permaneça até, ao menos, que o STJ adote um posicionamento.

Espera-se que o respectivo órgão superior o faça logo e, principalmente, no mesmo sentido da conclusão deste trabalho, a fim não só de expurgar a insegurança jurídica que paira sobre esta questão, mas, acima de tudo, reconhecer o trabalho exercido pelos patronos das partes durante a tramitação do incidente de desconsideração, remunerando-os devidamente por meio do arbitramento das devidas verbas sucumbenciais.

REFERÊNCIAS

a) BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Carlos Miguel Y. **La Pregiudicial nel processo civile**. Viena: Manz, 1904.

_____, Carlos Miguel Y. **Nueva enciclopedia jurídica**. Barcelona: Editora Francisco Seix, 1965, t. XII.

ALONSO, Juan Ignacio; GIATTI, Gustavo Javier. Aspectos procesales de la aplicación de la teoría de la inoponibilidad de la personalidad jurídica. **Revista La Ley**. Suplemento especial de sociedades comerciales, dezembro de 2004.

ALVIM, L. E. Carreira. **Comentários ao novo Código de Processo Civil: Lei 13.105/15: volume 2 – arts. 82 ao 148**. Curitiba: Juruá, 2015.

ASSIS, Araken de. **Processo civil brasileiro**. Partel Geral: institutos fundamentais. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 2, 2015. (1).

AZEVEDO, Antonio Danilo Moura de. Os honorários advocatícios sucumbenciais sob a égide do novo CPC. **Revista de Doutrina e Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**, Brasília, v.53, n. 109, p. 38-49, jul./dez. 2017.

BEDAQUE, Roberto dos Santos. In MARCATO, Antonio Carlos (coordenador). **Código de processo civil interpretado**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. **Reconvenção no processo civil**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRUSCHI, Gilberto Gomes. **Aspectos Processuais da Desconsideração da Personalidade Jurídica**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. **Fraudes patrimoniais e a desconsideração da personalidade jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Comentários ao código de Processo Civil**. Volume 1 (arts. 1º a 317). Coordenador: Cássio Scarpinella Bueno. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____, Cássio Scarpinella. **Manual de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva, 2015.

CAHALI, Yussef Said. **Honorários advocatícios**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

CARNELUTTI, Francesco. **Sistema di diritto processuale civile**. Padova: Cedam, 1936. v. 1.

_____, Francesco. **Sistema di diritto processuale civile**. Padova: Cedam, 1939, v. 3.

COELHO. Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v. II.

_____. Fábio Ulhoa. **Desconsideração da personalidade jurídica**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

COMPARATO, Fábio Konder. **O poder de controle na sociedade anônima**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

DIDIER JR., Fredie. Aspectos processuais da desconsideração da personalidade jurídica. In: DIDIER JR. Fredie; MAZZEI, Rodrigo (coordenadores). **Reflexos do novo Código Civil no direito processual**. 2 ed. Salvador: JusPodivm, 2007.

DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paulo Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Estabilização da tutela provisória satisfativa e honorários advocatícios sucumbenciais. **Revista do Advogado**, São Paulo, v. XXXV, n. 126, p.95-100, maio 2015.

_____, Fredie. **Curso de direito processual civil**: Introdução ao direito processual civil, parte geral e processode conhecimento. 17 ed. Salvador: Juspodivm, 2015.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos do processo civil moderno**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. 6 ed. São Paulo: Malheiros, 2005, v. II).

_____, Cândido Rangel. **Vocabulário do processo civil**. São Paulo: Malheiros, 2009.

FAZIO, César Cipriano de. Honorários advocatícios e sucumbência recursal. In: COÊLHO, Marcus Vinícius Furtado; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe (coordenadores). **Honorários advocatícios**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 615-627.

FERNANDES, Antonio Scarance. **Incidente processual: questão incidental, procedimento incidental**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

FREIRE, Alexandre; MARQUES, Leonardo Albuquerque. Os honorários de sucumbência no novo CPC. In: COÊLHO, Marcus Vinícius Furtado; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe (coordenadores). **Honorários advocatícios**. Salvador: Juspodivm, 2015. p. 75-83.

FREITAS, Elizabeth Cristina Campos Martins de. **Desconsideração da personalidade jurídica**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Da desconsideração da personalidade jurídica (aspectos de direito material e processual). **O processo: estudos e pareceres**. São Paulo: Perfil, 2005.

LAMY, Eduardo de Avelar. A fixação de honorários sucumbenciais no cumprimento de sentença no novo CPC. In: COÊLHO, Marcus Vinícius Furtado; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe (coordenadores). **Honorários advocatícios**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 1.093-1.101.

LIMA, Tiago Asfor Rocha; RATTACASO, Marcus Claudius Saboia. Honorários advocatícios parciais: muito além da interpretação literal do art. 85 do Novo CPC. In: COÊLHO, Marcus Vinícius Furtado; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe (coordenadores). **Honorários advocatícios**. Salvador: Juspodivm, 2015. p. 75-83.

LÔBO, Paulo. **Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB**. 5. ed., 2. tir. São Paulo: Saraiva, 2010.

LUNARDI, Fabrício Castagna. **Curso de direito processual civil**. São Paulo/SP: Saraiva, 2016.

MACHADO, Marcelo Pachego. **A correlação no processo civil**. Salvador: Editura JusPodivm, 2015.

MAZZEI, Rodrigo. Aspectos processuais da desconsideração da personalidade jurídica no código de defesa do consumidor e no projeto do “novo” código de processo civil. In BRUSCHI, Gilberto Gomes; COUTO, Mônica Bonetti; PEREIRA E SILVA, Ruth Maria Junqueira de A.; PEREIRA, Thomaz Henrique Junqueira de A. (organizadores). **Direito processual empresarial: estudos em homenagem a Manoel de Queiroz Pereira Calças**. Rio de Janeiro: Elsevier – Campus Jurídico, 2012.

MELLO, Rogerio Licastro Torres de. Honorários advocatícios sucumbenciais: apreciações gerais e princípios aplicáveis. In: COELHO, Marcus Vinícius Furtado; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe (coordenadores). **Honorários advocatícios**. Salvador: Juspodivm, 2015. p. 57-61.

MENDEZ, Anderson Cortez; TOKASHIKI, André Shinji; KÜHL, Emílio Frederico Perilo. Os honorários advocatícios sucumbenciais e o novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 41, n. 258, p. 61-83, ago. 2016.

MENDONÇA, Jacy de Souza. **Introdução ao estudo do direito**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MIRANDA, Pontes de. **Comentários ao Código de Processo Civil**: tomo I. 2. ed. São Paulo: Forense, 1958

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil**. 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

OLIVIERI, Angelo. voce: Incidenti. **Digesto Italiano**. Torino: UTET, 1902 – 1906, v. XIII.

PAIVA, Lúcio Flávio Siqueira de. Decisão Interlocutória de mérito e honorários advocatícios. In: COELHO, Marcus Vinícius Furtado; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe (coordenadores). **Honorários advocatícios**. Salvador: Juspodivm, 2015. p. 201-211.

PAJARDI, Piero. Elementi e limitii della responsabilità aggravata nel processo cautelare. **Giurisprudenza italiana**, 1956, 1/359.

PINTO, Nelson Luiz. A antecipação de tutela como instrumento de efetividade do processo e de isonomia processual. **Revista de Processo**. São Paulo: RT, n. 105, jan./mar. 2002, p. 43-63.

RAMOS, Ernesto Lopes. **Teoria da desconsideração da personalidade jurídica**. Dissertação (Mestrado em Direito) – São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

REQUIÃO, Rubens. Abuso de direito e fraude através da personalidade jurídica. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 91, n. 803, p. 751-764, setembro 2002.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Manual de direito processual civil**. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

SABATINI, Giuseppe. **Trattato dei procedimenti incidentali nel processo penale**. Turim: UTET, 1953, n. 4.

SANTOS FILHO, Orlando Venâncio dos. O ônus do pagamento dos honorários advocatícios e o princípio da causalidade. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 748, p.74-84, fev. 1998.

SARRO, Luís Antônio Giampaulo. Honorários advocatícios sucumbenciais: apreciações gerais e princípios aplicáveis. In: COÊLHO, Marcus Vinícius Furtado; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe (coordenadores). **Honorários advocatícios**. Salvador: Juspodivm, 2015. p. 39-56.

SICA, Heitor Victor Mendonça. Velhos e novos institutos fundamentais do direito processual civil. In: ZUFFELATO, Camili; YARSHELL, Flávio Luiz (coordenadores). **40 anos da teoria geral do processo no brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Malheiros, 2013.

SILVA, Alexandre Couto. **Aplicação da desconsideração da personalidade jurídica no direito brasileiro**. São Paulo: LTr, 1999.

SILVA, Leticia Arenal e; LIMA, Marcelo Chiavassa de Mello Paula. O incidente de desconisderação da personalidade jurídica no novo código de processo civil. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim [et. al.] (coordenadores). **O novo Código de Processo Civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

SIRACUSA, Francesco. **Novissimo digesto italiano**. Tornio, Unione Tipografico – Edictre Torinese, v. VIII, 1957.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Negócio jurídico. Existência. Validade. Eficácia. Vícios. Fraude. Lesão. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 780, p. 17, outubro 2000.

_____, Humberto. O novo Código Civil e as regras heterotópicas de natureza processual. In: DIDIER JR. Fredie; MAZZEI, Rodrigo (coordenadores). **Reflexos do novo Código Civil no direito processual**. 2 ed. Salvador: JusPodivm, 2007.

TORNAGHI, Hélio Bastos. **Instituições de direito penal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1978, v. 4.

VELLOSO FILHO, Carlos Mário. Honorários no novo CPC. In: COÊLHO, Marcus Viníciuis Furtado; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe (coordenadores). **Honorários advocatícios**. Salvador: Juspodivm, 2015. p. 127-135.

VIEIRA, Christian Garcia. **Desconsideração da personalidade jurídica no novo CPC: Natureza, procedimentos e temas polêmicos**. Salvador: Juspodivm, 2017.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil**. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

YARSHELL, Flávio Luiz. **O emprego do “contra” e do “em face” na terminologia processual: distorção a corrigir**. Jornal Carta Forense, jan. 2012.

_____, Flávio Luiz. Comentários ao art. 133. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (coordenadores). **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

b) LEGISLAÇÃO

BRASIL. Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939. **Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro, RJ, 18 set. 1939.

_____. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. **Código de Processo Civil**. Brasília, DF, 17 jan. 1973.

_____. Lei nº 8.906, de 4 de junho de 1994. **Estatuto da Advocacia e a ordem dos Advogados do Brasil**. Brasília, DF, 5 jul. 1994.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Brasília, DF, 11 jan. 2002.

_____. Lei nº 11.232, de 22 de dezembro de 2005. Brasília, DF, 22 dez. 2005.

_____. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Brasília, DF, 17 mar. 2015.

c) JURISPRUDÊNCIA

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 829.107. Relator: Ministro Antonio Carlos Ferreira. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 06 fev. 2017.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.481.917. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão, Rel. p/ Acórdão Ministro Marco Buzzi. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 11 nov. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.615.173. Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 20 abr. 2018.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 636.704. Relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 02 set. 2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 910.710. Relator: Ministro Castro Meira. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 21 nov. 2005.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.366.014. Relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 11 mar. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Agravo nº 1.366.252. Relator: Ministro João Otávio de Noronha. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 14 jun. 2011.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 1.223.690. Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 24 set. 2012.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 1.373.573. Relator: Ministra Nancy Andrichi. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 02 jun. 2014.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 542.056. Relator: Ministro Luiz Fux. **Diário da Justiça**. Brasília, 22 mar. 2004.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 783.208. Relator: Ministro Teori Albino Zavascki. **Diário da Justiça**. Brasília, 21 nov. 2005.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.152.218. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 09/10/2014.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.180.191. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 09 jun. 2011.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.200.850. Relator: Ministro Massami Uyeda. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 22 nov. 2010.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.205.242. Relator: Ministro Marco Buzzi. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 14 set. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.326.201. Relatora: Ministra Nancy Andrichi. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 07 mai. 2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.465.535. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 22 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Súmula n. 306. **Diário de Justiça da União**, Brasília, 22 de novembro de 2004.

_____. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 470.407. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, DF, 09 de maio de 2006. **Diário da Justiça**. Brasília, 13 out. 2006.

_____. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Agravo de Instrumento nº 1.0647.08.087549-3/003. Relator: Desembargador Pedro Aleixo. Belo Horizonte, MG, 23 mai. 2018. **Diário da Justiça Eletrônico**. Belo Horizonte, 4 jun. 2018.

_____. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Agravo Interno nº 1.0701.95.001894-8/009. Relator: Desembargador Alberto Diniz Junior. Belo Horizonte, MG, 26 abr. 2018. **Diário da Justiça Eletrônico**. Belo Horizonte, 25 mai. 2018.

_____. Tribunal de Justiça de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2028374-02.2017.8.26.0000. Relator: Desembargador Paulo Pastore Filho. São Paulo, SP, 20 de jul de 2017. **Diário da Justiça Eletrônico**. São Paulo, 8 mai. 2018.

_____. Tribunal de Justiça de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2048230-15.2018.8.26.0000. Relator: Desembargador Griffoni Ferreira. São Paulo, SP, 8 de maio de 2018. **Diário da Justiça Eletrônico**. São Paulo, 8 mai. 2018.

_____. Tribunal de Justiça de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2054029-39.2018.8.26.0000. Relator: Desembargador Pedro Kodama. São Paulo, SP, 8 de mai de 2018. **Diário da Justiça Eletrônico**. São Paulo, 8 mai. 2018.

_____. Tribunal de Justiça de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2101518-72.2018.8.26.0000. Relator: Desembargador Tasso Duarte de Melo. São Paulo, SP, 6 de junho de 2018. **Diário da Justiça Eletrônico**. São Paulo, 6 jun. 2018.

_____. Tribunal de Justiça de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2125339-47.2014.8.26.0000. Relator: Desembargador Jacob Valente. São Paulo, SP, 2 de outubro de 2014. **Diário da Justiça Eletrônico**. São Paulo, 2 out. 2014.

_____. Tribunal de Justiça de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2137940-80.2017.8.26.0000. Relator: Desembargador Nelson Jorge Júnior. São Paulo, SP, 8 de maio de 2018. **Diário da Justiça Eletrônico**. São Paulo, 8 mai. 2018.

_____. Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação nº 1009075-28.2016.8.26.0344. Relator: Desembargadora Ana Maria Baldy. São Paulo, SP, 26 de outubro de 2017. **Diário da Justiça Eletrônico**. São Paulo, 27 out. 2017.

_____. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Agravo de Instrumento nº 0056650-72.2017.8.19.0000. Relatora: Desembargadora Conceição Aparecida Mousnier Teixeira de Guimarães Pena. Rio de Janeiro, RJ, 7 mar. 2018. **Diário da Justiça Eletrônico**. Rio de Janeiro, 7 mar. 2018.

_____. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Agravo de Instrumento nº 0059786-77.2017.8.19.0000. Relator: Desembargador Gabriel de Oliveira Zefiro. Rio de Janeiro, RJ, 7 mar. 2018. **Diário da Justiça Eletrônico**. Rio de Janeiro, 7 mar. 2018.

_____. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Agravo de Instrumento nº 70075817064. Relator: Desembargador Eduardo João Lima Costa. Porto Alegre, RS, 22 fev. 2018. **Diário da Justiça Eletrônico**. Porto Alegre, 22 fev. 2018.

_____. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Agravo de Instrumento nº 70077125433. Relator: Desembargador Umberto Guaspari Sudbrack. Porto Alegre, RS, 10 mai. 2018. **Diário da Justiça Eletrônico**. Porto Alegre, 14 mai. 2018.

_____. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Apelação nº 70076342211. Relator: Desembargador Sergio Luiz Grassi Beck. Porto Alegre, RS, 14 de março de 2018. **Diário da Justiça**. Porto Alegre, 08 maio 2018.